VASCO GONÇALVES CELEBRA CENTENÁRIO

O REFERENCIAL

47.º ANIVERSÁRIO | 25 DE ABRIL

LIBERDADE REGRESSOU À AVENIDA

Carlos Pereira Martins

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL
DIRECTOR: MARTINS GUERREIRO | N.º 141 | ABRIL – JUNHO 2021

EPAL
Grupo Águas de Portugal

VEJA A QUALIDADE DA ÁGUA NO SEU TELEMÓVEL

Mais informações em **epal.pt**

Disponível em Android e iOS, em português e Inglês

Download on the App Store

Get it on Google play

Direitos reservados

4 EDITORIAL

O 25 de Abril e o universalismo português, Martins Guerreiro

8 TEMA DE CAPA

Gesto libertador e refundador da história | **11**
Celebrar com os jovens | **14**
Festa voltou à avenida | **18**
47 anos depois – mensagem da A25A | **23**
Cravos para Salgueiro Maia | **26**
50.º aniversário em preparação | **29**
Símbolos da memória | **30**
Chaimites nas ruas de Lisboa | **33**
Obras em Peniche vão avançar | **34**
Na Califórnia, Dinis Borges | **36**
Comemorações na rádio | **40**
Festa de Carlos Alberto Moniz | 41
Houve, há e haverá sempre um só Portugal, Discurso do Presidente da República | **42**

50 OPINIÃO

Campos de concentração do século XXI, Maria Inês Canavilhas | **50**
Sebastião, Veríssimo Dias | **63**

65 BOLETIM

Em memória de Vasco Gonçalves | **65**
Homem isento e íntegro, Manuel Begonha | **69**
45 anos da Constituição da República, Vasco Lourenço | **62**
Escrever a memória | **74**
Rua Coronel Vítor Alves | **75**
Construtor de Pontes, Teresa Alves | **77**
António Guterres na ONU | **80**
Valores de Abril na Escola, Conceição Aires | **81**
Jovens e a Revolução | **84**
Curso de História Contemporânea | **85**

86 LIVROS

Conselho da Revolução (1975-1982) | **87**
Prisão de Rosa Coutinho | **88**
Vasco Gonçalves | **90**
Para memória futura | **90**
Testemunho de um desertor | **91**
Das Guerras de África à Revolução | **92**
O baptismo das palavras, Fernando Sousa | **93**

94 OBITUÁRIO

Dinis de Almeida | **94**
Arnaldo Costeira | **98**
Dias Costa | **99**
Martins e Silva | **102**
Carmelino Mesquita | **104**
Carlos Ferreira | **105**

106 JANGO

Guerra Perdida ou ganha – falsa questão
Pedro de Pezarat Correia | **106**

25 DE ABRIL E O UNIVERSALISMO PORTUGUÊS

Celebrámos o 47.º aniversário do 25 de Abril ainda com restrições devidas à pandemia da covid-19. Neste número damos conta das celebrações oficiais e das comemorações populares em Portugal e nas comunidades portuguesas, onde a Associação 25 de Abril participou.

Estamos a caminho de celebrar o 50.º aniversário, oportunidade única para retomarmos a inspiração e o sonho que a liberdade conquistada nos permitiu viver.

Diferentes circunstâncias históricas nacionais e internacionais, e especificidades portuguesas, transformaram o 25 de Abril numa referência mundial – devido à forma como foi realizado, pelas motivações éticas e morais que moveram os jovens militares e pelos valores e princípios defendidos no Programa do Movimento das Forças Armadas (MFA), documento fundador da nossa democracia, verdadeira Carta Constitucional até à aprovação da Constituição da República Portuguesa (CRP), em 1976.

O 25 de Abril e as suas singularidades originaram um dos momentos mais extraordinários e belos da história de Portugal, despertaram o que de melhor havia na natureza humana da generalidade das pessoas, como se verificou na enorme adesão no próprio dia 25, que culmi-

MARTINS GUERREIRO

nou no 1.º de Maio de 1974. Todos puderam sonhar, sentir-se livres e irmãos.

É da maior importância que o caminho para o 50.º aniversário seja de convergência entre as forças que defendem a CRP, não dando qualquer pretexto a discursos de ódio, expressões crispadas ou vias de confronto agudo na luta pelo poder. É fundamental escolher bem as instituições, as formas e as pessoas que já deram provas e revelaram capacidade agregadora para conseguirmos as convergências indispensáveis, despertando e mobilizando sentimentos e energias positivas que existem em cada um de nós, iluminando o novo ciclo histórico português, a nossa cultura e a nossa forma de nos relacionarmos com os outros, evidenciando os valores e a dimensão universalista do Portugal de Abril.

A libertação do povo após uma longa ditadura levada a cabo por jovens militares sem derramamento de sangue, o fim da guerra colonial e a construção de instituições democráticas no prazo de pouco mais de dois anos despertaram enorme interesse em todo o mundo, entusiasmando muitos que acreditaram pela primeira vez que eram sujeitos da história e do seu destino. Ninguém ficou indiferente perante a via assim aberta.

Carlos Pereira Martins

Não obstante a transformação radical da sociedade portuguesa e a formação de novos países saídos do colonialismo num turbilhão de aceleração histórica e de confronto entre visões distintas para o nosso futuro, foi possível manter a marca original dos valores da não violência e da paz do 25 de Abril. Valores e princípios intemporais que mantêm toda a actualidade e é indispensável que sejam referência e guia no caminho colectivo que nos conduzirá à celebração do 50º aniversario, reforçando a nossa democracia nas suas múltiplas componentes.

Por conveniência de *O Referencial* e com o acordo do autor, general Costa Neves, a rubrica Memórias de Abril foi adiada para o próximo número, no qual concluiremos a série que temos vindo a publicar sobre o Sistema Judicial Militar.

Publicamos na rubrica Opinião um conto — "Sebastião", de Veríssimo Dias —, a propósito dos 200 anos do fim da Inquisição em Portugal e o artigo da jovem Inês Canavilhas sobre os

campos de detenção de refugiados nas ilhas do Pacífico, da responsabilidade da Austrália, no qual a autora põe em evidência a clara violação dos direitos humanos que ocorreu e ocorre em tal situação.

Na rubrica Boletim publicamos um texto do coronel Vasco Lourenço sobre o 45.º aniversário da CRP, assinalamos as comemorações do centenário do nascimento do general Vasco Gonçalves promovido pela Associação Conquistas da Revolução, publicamos um texto do CMG Manuel Begonha, damos notícia do Festival Literário de Lisboa e do colóquio "Guerra colonial: as memórias silenciadas"; assinalamos também a homenagem da Câmara Municipal de Mafra ao coronel Vítor Alves, atribuindo o seu nome a uma das ruas da vila

Na rubrica Livros apresentamos as obras :

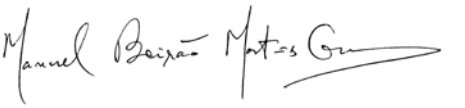
> "Salgueiro Maia", de Moises Cayetano
> "Conselho da Revolução", de David Castaño e Maria Inácia Rezola
> "Vasco Gonçalves", de Avelãs Nunes
> "Rosa Coutinho – Prisioneiro na República do Congo", de Almada Contreiras
> "Crónica de uma Deserção", de Fernando Cardeira
> "Um abraço dos Rijos", de Carlos Martins Pereira
> "Afastar-se", de Luísa Costa Gomes

No obituário, curvamo-nos perante companheiros que foram e serão símbolos de Abril, referências das transformações ocorridas e que ao partir deixam uma sensação de dolorosa perda:

- Dinis de Almeida
- Arnaldo Costeira
- José Fernandes Martins e Silva
- Carmelindo Monteiro Mesquita
- Carlos M. R. Dias Costa
- Carlos Ferreira

Na rubrica Jango, o general Pezarat Correia trata o tema "Guerra perdida ou guerra ganha?, falsa questão", abordando com reconhecida sabedoria, lucidez e clareza a questão da guerra colonial nos níveis operacional e estratégico.

Trata-se de um excelente contributo para esclarecer o assunto nos âmbitos politico e militar, afastando a nebulosa que alguns procuram manter.



Pré-Escolar
Gratuito
MANUAIS
ESCOLARES
GRATUITOS
PARA
TODOS
47º An
An
"E

CARLOS PEREIRA MARTINS

Direitos Reservados

Pela segunda vez, as cerimónias comemorativas dos 25 Abri realizavam-se com um reduzido número de deputados

GESTO LIBERTADOR E REFUNDADOR DA HISTÓRIA

Assembleia da República, a casa da democracia, acolheu as mais solenes cerimónias do 47.º aniversário do 25 de Abril, tendo o Presidente da República pedido aos portugueses para que do passado se faça lição de presente e de futuro

AS COMEMORAÇÕES DO 47.º aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974 tiveram o seu momento solene na Assembleia da República, a casa da democracia, onde o Presidente da República apelou para que a História seja "olhada sem temores nem complexos, sem alimentar campanhas e combatendo intolerâncias". Em representação da Associação 25 de Abril estiveram naquele hemiciclo: o presidente da Direcção, coronel Vasco Lourenço; o presidente do Conselho Fiscal, major-general Luís Augusto Sequeira; e o presidente da mesa da Assembleia Geral, vice-almirante Artur Junqueiro Sarmento.

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, disse querer "que o 25 de Abril se viva sempre como gesto libertador e refundador da História" e se faça do passado "lição de presente e futuro, sem álibis nem omissões, sem apoucamentos injustificados, querendo muito mais e muito melhor".

Nesse contexto, sublinhou: "Não há, como nunca houve, um Portugal perfeito, como não há, nunca houve, um Portugal condenado. Houve, há e haverá sempre um só Portugal, um Portugal que amamos e de que nos orgulhamos, para além dos seus claros e escuros, também porque é nosso, porque nós somos esse Portugal. Viva o 25 de Abril, viva Portugal", concluiu (ver discurso completo neste número de O Referencial).

OS PARLAMENTARES

Também o presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues, deixou uma mensagem recheada de sérios avisos para que

Direitos reservados

Em representação da Associação 25 de Abril estiveram naquele hemiciclo: coronel Vasco Lourenço; major-general Luís Augusto Sequeira; e o vice-almirante Artur Junqueiro Sarmento

se mantenha vivo o espírito de Abril, aquele espírito que fundou a verdadeira Revolução. "A Revolução de Abril trouxe-nos inúmeras conquistas, e pese embora ter posto fim ao analfabetismo brutificante a que, até então, se assistia, não logrou ainda erradicar, em Portugal, as ideias e os valores que caracterizaram aquele período negro da nossa história, muitos deles adormecidos desde então", sublinhou.

Neste sentido, alertou: "Onde, na Europa e no Mundo, pareciam florescer democracias, estas são ameaçadas, num retrocesso histórico que nos reaproxima da realidade sombria de um passado onde ninguém deveria querer voltar". Para Ferro Rodrigues, tudo o que está a acontecer, "são sinais de regressão, como os identifica o Papa Francisco, que nos alerta para novas formas de egoísmo e de perda do sentido social, mascaradas por uma suposta defesa dos interesses nacionais". E sublinhou: "Não é fácil combater o discurso simplista dos antidemocratas", assim como, acrescentou, "também não é fácil combater a desinformação, a mentira, o medo". Mas, "a Democracia de Abril é suficientemente resiliente para resistir a esta investida, e robusta o suficiente para a combater", frisou. E concluiu: "Nesta batalha, que é a batalha pela nossa sobrevivência enquanto sociedade aberta, tolerante e inclusiva, cabe-nos a nós, democratas, um papel fundamental".

Pela segunda vez, as cerimónias comemorativas dos 25 Abri realizavam-se com um reduzido número de deputados. Muitos acompanharam o evento nos seus gabinetes, em linha com o que tem sucedido nos últimos meses nas sessões plenárias do Parlamento. Esteve também presente

um diminuto leque de convidados, representativo das principais instituições do Estado português e da sociedade portuguesa. O Presidente das República marcou presença 47 dias depois solenemente ter tomado posse naquele hemiciclo, iniciando, assim, o seu segundo mandato.

OS PARTIDOS

Depois de Ferro Rodrigues, a palavra foi dada aos representantes dos partidos com assento parlamentar. Do discurso que proferiram, destacamos algumas frases:

Alexandre Quintanilha, deputado do PS: "Ou nos ajudamos mutuamente ou naufragamos todos juntos. É essa também a lição da pandemia. A emergência climática, as desigualdades obscenas, as novas e antigas doenças, a insegurança laboral, a transição demográfica e os conflitos armados não podiam ser mais evidentes".

Rui Rio, deputado e presidente do PSD: "Celebrar o 25 de Abril tem de ser, antes do mais, defender a democracia, identificando as suas fragilidades e apontando caminhos para o seu fortalecimento. Mais do que repetir palavras que já nada acrescentam, a evocação do 25 de Abril deve ser um contributo realista para rasgar horizontes e dar esperança aos portugueses".

João Cotrim Figueiredo, deputado e presidente da Iniciativa Liberal (IL): "Portugueses de todas as idades sentem que o sistema lhes está a falhar. Têm razão. Ninguém é responsabilizado por actos de incompetência, negligência ou compadrio, enquanto a justiça é lenta e parece estar sempre ao lado dos poderosos".

André Ventura, deputado e presidente do Chega: "Hoje, os cravos vermelhos deviam ser substituídos por cravos pretos porque é o luto da nossa democracia que hoje devíamos estar a celebrar".

Mariana Silva, Partido Ecologista "Os Verdes": "É preciso continuar a colorir o futuro, com tudo o que ainda ficou por fazer".

André Silva, deputado do Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN): "[Portugal está] capturado por interesses instalados que enclausuram a democracia na bolha das opções políticas do Bloco Central e que, tantas vezes, servem apenas algumas pessoas ou grupos, gerando a desilusão e a revolta social que abrem espaço ao oportunismo que vende o ódio, o medo e a institucionalização da discriminação como remédios para curar esta democracia doente".

Pedro Morais Soares, deputado do CDS-PP: "Importa que o Estado não ignore o sentimento generalizado de descrença dos portugueses, muitas vezes justificado, relativamente à justiça".

Beatriz Gomes Dias, deputada do Bloco de Esquerda: "Abril também não se cumprirá cabalmente enquanto não encararmos de frente a corrupção. A corrupção é o cimento da injustiça económica e da desigualdade. Ela mina a democracia, corrói a justiça e ameaça a coesão social".

Jerónimo de Sousa, deputado do PCP: "O PCP reafirma o seu total empenhamento e compromisso com os valores de Abril, profundamente enraizados no povo português. É pela sua afirmação, defesa e aprofundamento que se construirá o caminho para um Portugal mais desenvolvido, justo e soberano".

O Chefe do Estado, com os quatro Capitães de Abril e os jovens, dirigiram-se para uma varanda do palácio e, juntos, cantaram a "Grândola, Vila Morena" e o hino nacional

CELEBRAR COM OS JOVENS

Direitos reservados

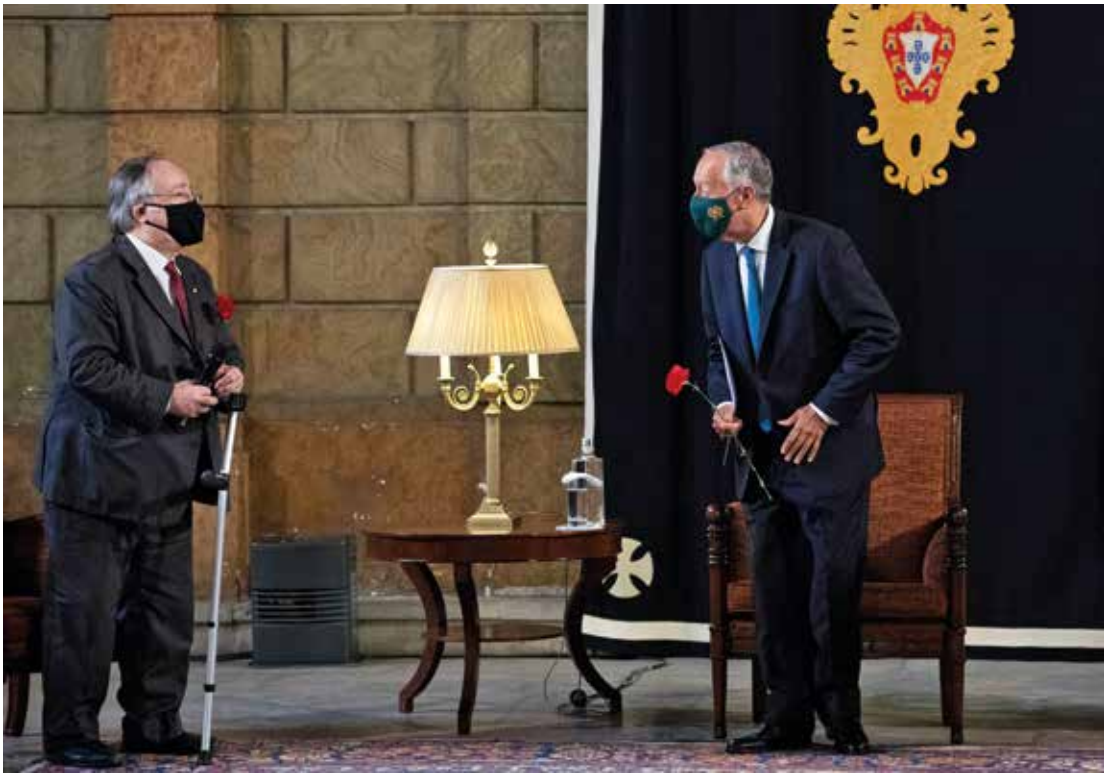
Presidente da República abriu o Palácio de Belém ao diálogo sobre o 25 de Abril num momento assinalado com Capitães de Abril e um grupo de jovens representativo de vários sectores da sociedade

PRESIDENTE DA REPÚBLICA PEDIU AOS JOVENS QUE PARTICIPEM NA MELHORIA DA DEMOCRACIA

NUM DIÁLOGO INTER-GERACIONAL, Capitães de Abril e jovens, acompanhados pelo Presidente da República, durante cerca de cinco horas, tiveram oportunidade de partilhar visões sobre os desafios da liberdade e da democracia, numa troca de experiências e vivências que ligam todos os portugueses, independentemente da geração. Estiveram presentes os Capitães de Abril, coronel Vasco Lourenço, almirante Martins Guerreiro, coronel Rosado Luz e coronel Santos Silva. E os jovens: Andreia Sofia, Lourenço Pissarra, António Quinto, Bernardo de Carvalho, Carlos Pereira, Cristina Fonseca, David Castro, Diana Madeira, Juliana Rocha, Luís Xavier, Luísa Freitas, Mafalda Petinga Pinto, Maria Pia Silva, Paulo Azevedo, Sofia Oliveira e Yolanda Tati.

O Presidente da República pediu aos jovens que participem na melhoria da democracia e do desenvolvimento conquistados com o 25 de Abril, que liderem a contestação e transformem os partidos.

"Construir Abril hoje, esse é o vosso papel", defendeu, numa intervenção em que rebateu a



Direitos reservados

Vasco Lourenço com Marcelo Rebelo de Sousa no encontro com os jovens

ideia de que "a ditadura tinha vantagem relativamente a alguns pontos fracos da democracia dos nossos dias", lembrando "os indicadores educativos, sanitários e sociais" do tempo da ditadura.
A meio do encontro, quando eram 18 horas, o Chefe do Estado, com os quatro Capitães de Abril e os jovens, dirigiram-se para uma varanda do palácio e, em conjunto, cantaram a "Grândola, Vila Morena" e o hino nacional.
"O objetivo é cantar solidariamente. No ano passado eu tinha cantado à janela. É uma óptima iniciativa. Há várias maneiras de manter viva a mensagem de Abril, esta é uma", declarou o Presidente da República.
Depois, o encontro foi retomado, com perguntas e respostas dos Capitães de Abril. Os jovens puderam satisfazer a sua curiosidade sobre o momento histórico marcante na vida da democracia portuguesa através dos relatos do dia da Revolução, ao mesmo tempo que partilharam

as suas visões sobre a implementação dos valores de Abril e questionaram os Capitães sobre os desafios passados, presentes e futuros da liberdade e da democracia em diversos temas como a cultura, a investigação científica, o empreendedorismo, a igualdade de género, a acção climática, a participação cívica, o multiculturalismo e a democratização das oportunidades para os jovens.

No final, Marcelo Rebelo de Sousa retomou a palavra e disse aos jovens que o papel deles é «liderar a contestação, liderar a crítica, liderar os movimentos de mudança» e que, se não se sentem representados pelos políticos, «é muito simples, substituam os políticos, esses políticos».

"Todos somos políticos. A solução está em participar", sustentou.

Marcelo Rebelo de Sousa disse que isso pode passar por "criarem movimentos, organizações não-governamentais (ONG), criarem associações, criarem partidos ou transformarem os partidos existentes".

"O que não é solução é afastarem-se", acrescentou o Chefe do Estado, observando que "há imensa coisa para mudar" e que "só as ditaduras é que acham que são perfeitas e que estão completas".

Num discurso que durou cerca de 40 minutos, o Presidente da República contou que antes do 25 de Abril teve acesso à ficha da PIDE de um colóquio em que participou quando o seu pai, Baltazar Rebelo de Sousa, era ministro do Estado Novo.

"O relatório dizia assim: o fulano tal, energúmeno perigoso radical, filho de sua excelência o ministro das Corporações, Providência Social, Saúde e Assistência. Portanto, o meu pai era sua excelência e eu era energúmeno", relatou.

JOVENS PUDERAM SATISFAZER CURIOSIDADE SOBRE O MOMENTO HISTÓRICO MARCANTE NA DEMOCRACIA PORTUGUESA

Pela segunda vez, neste contexto das comemorações, Marcelo Rebelo de Sousa invocava a sua condição de filho de governante no Estado Novo. De manhã, na sessão solene na Assembleia da República, foi para falar da memória histórica do passado colonial. Ao fim do dia, para contestar quem sustenta que se vivia melhor no tempo da ditadura.

Segundo o Chefe do Estado, "há que responder com a realidade" a essa ideia, e basta "recordar a taxa de mortalidade infantil, a inexistência de centros de saúde até às vésperas do 25 de Abril, o número de estudantes que chegavam à universidade", para não falar "dos indicadores políticos, esses são óbvios".

"Isto são factos, são dados, quantitativos, reais, que é preciso recordar de vez em quando, e eu sinto-me muito à vontade, tenho uma autoridade moral dupla para o recordar por ter sido privilegiado e ter podido conhecer a realidade anterior ao 25 de Abril de dentro", concluiu.

Carlos Pereira Martins

As tradicionais comemorações populares voltaram à rua com novas regras sanitárias

FESTA VOLTOU À AVENIDA

Milhares de pessoas voltaram a descer a Avenida da Liberdade, em Lisboa, de cravo ao peito para festejar a Revolução, depois do interregno de 2020, numa celebração à qual não faltaram as máscaras a que a pandemia obriga

ESTE ANO, APESAR DA PANDEMIA ainda vigente, as tradicionais comemorações populares voltaram à rua com novas regras sanitárias. O trânsito foi totalmente cortado a partir das 14:30, tendo as pessoas ocupado, nessa altura, todas as faixas habitualmente destinadas aos carros.

Duas chaimites abriram o desfile, seguindo-se o "quadrado" da comissão promotora – uma área fechada por panos vermelhos, onde só puderam entrar cerca de 40 pessoas autorizadas pela comissão organizadora.

Pelas 15:30, os participantes, com os rostos cobertos por máscaras, um certo distanciamento entre eles, e a maioria com um cravo vermelho na mão, na lapela ou até mesmo na orelha, começaram a descer a Avenida da Liberdade rumo aos Restauradores.

Nas palavras de ordem não houve mudanças: "O povo unido jamais será vencido"; "Somos muitos, muitos mil para continuar Abril"; "Abril está na rua, a luta continua"; "25 de Abril sempre, fascismo nunca mais".

Ao lado dos adultos, em maioria, desfilaram também crianças, alguns cães e até um papagaio.

A celebração da liberdade foi ainda oportunidade de negócio. Além da venda de cravos, um homem apregoava, com um certo humor, com garrafas de água na mão, ser o "último estabelecimento aberto" àquela hora.

Quando a frente do desfile chegou ao destino, ouviu-se e cantou-se a Grândola, Vila Morena (de cravo no ar) e o hino nacional.

Além daqueles que integraram o desfile, como é habitual e apesar de em menor número, foram também várias as pessoas que se deslocaram à avenida para o ver passar.

Manuel Veloso é de Guimarães, mas está em Lisboa. Costuma celebrar este dia em Braga e, por isso, foi a primeira vez que participou no desfile na Avenida da Liberdade.

Apesar do elevado número de participantes, disse sentir-se seguro, até porque já foi vacinado, declarou à Lusa.

Quanto à polémica entre a comissão promotora e alguns partidos, Manuel Veloso disse desconhecer "qualquer polémica" e criticou o que considerou "oportunismo", alegando que, em ano de eleições autárquicas, "toda a agente se cola ao 25 de Abril".

"O 25 de Abril foi uns contra os outros e continua hoje na sociedade a haver quem é a favor do 25 de Abril e quem é contra. A nossa Constituição é de todos, mesmo dos que votaram contra, o 25 de Abril não é de todos, é dos demo-

Carlos Pereira Martins

Ao lado dos adultos, em maioria, desfilaram também crianças, mesmo que tivessem de ser carregadas aos ombros

cratas e de quem ama a liberdade", defendeu o vimaranense.

Leonor Vilar, 22 anos, foi à Avenida da Liberdade com uma máscara FFP2 personalizada com bordados alusivos à Revolução dos Cravos.

Natural da "margem Sul", participa no desfile desde que "era mais nova" e faz questão de estar presente sempre que pode, notando que este ano, devido à pandemia, está "menos gente" na rua.

"É diferente o molho de pessoas que se juntava e agora como estão organizadas as pessoas", afirmou, indicando estar "de fora" a avaliar "co-

mo é que as coisas vão funcionar" antes de decidir se se juntaria ao desfile ou só continuaria a vê-lo passar.
Ana Filipa, 32 anos, quis deslocar-se à Avenida da Liberdade "para marcar a data", que é "muito importante".
À Lusa, disse que se sentia segura, apesar dos milhares de pessoas que se concentraram naquela artéria da cidade, porque "a organização está muito boa e parece que há espaçamento entre as pessoas".
"Se podemos estar numa esplanada também podemos comemorar o 25 de Abril", defendeu.

DISCURSOS

Na Praça dos Restauradores, como é tradição, ouviram-se os discursos comemorativos, com destaque para as palavras do Capitão de Abril, o coronel Jorge Golias, que sublinhou: "Estamos aqui para mostrar a nossa vontade de continuar a celebrar e a defender a Democracia dos ataques que lhe têm sido movidos nestes últimos tempos, com o surgimento em Portugal de uma extrema-direita por onde passa o pior das sociedades modernas: o nacionalismo, o populismo, o racismo e outras discriminações e a mentira, como verdade alternativa."
Depois, alertou: "E sobre a corrupção, que vai corroendo a democracia, fiquem com este desabafo de um Capitão de Abril: estão à espera de quê para criminalizar o enriquecimento ilícito?".
Para Jorge Golias, ali, na Praça dos Restauradores, estavam todos os portugueses recordando a data mais marcante das suas vidas, a Revolução dos Cravos, "cravos vermelhos de Abril que coloriram as ruas de há 47 anos, no dia 25 de Abril". E frisou: "Estamos aqui para recordar todos os que lutaram por um Portugal democrático, em especial os que já partiram, na certeza de que juntos, com os Capitães de Abril, fizemos o 25 de Abril de 1974".
A terminar, dirigiu-se aos jovens. "Apelo aos jovens, filhos da Madrugada e Netos de Abril, para que liderem esta década do clima e do digital, lutando pelos valores que aqui se destacaram: A liberdade, conquistada nesta madrugada, a paz, com o fim das guerras em África, e a democracia com a Constituição da República Portuguesa logo depois".

Carlos Pereira Martins

Na Praça dos Restauradores, como é tradição, ouviram-se os discursos comemorativos, com destaque para as palavras do Capitão de Abril, o coronel Jorge Golias

CAPITÃO

ALFREDO CUNHA

47 ANOS DEPOIS

Mensagem da Associação 25 de Abril. É tempo de dar especial atenção à Fraternidade

QUARENTA E SETE ANOS SÃO PASSADOS sobre o 25 de Abril. Estamos prestes a ultrapassar a idade da longa noite escura, em que os ditadores suprimiram as liberdades aos portugueses, os oprimiram e asfixiaram, lhes impuseram uma guerra e os transformaram num dos povos mais infelizes da Europa Ocidental. Nesses tempos de lutas, muitos portugueses não se renderam aos ditadores e criaram as condições para que os jovens Capitães de Abril pudessem abrir as portas à Democracia.

Começou, então, um novo período da História, em que o povo português assumiu em pleno o seu estatuto de cidadania, construindo uma sociedade mais livre, mais democrática, mais justa e mais solidária.

Aos sonhos iniciais, onde tudo parecia ser possível de alcançar e onde todas as utopias pareciam ser realizáveis, outros tempos de maiores dificuldades se seguiram. Nestes 47 anos, tivemos altos e baixos, estivemos perto de soçobrar. A eufórica explosão de alegria quase era submergida pelas espúrias tentativas de adulterar a sociedade que Abril nos prometera e que

47.º aniversário da Revolução de Abril
Comemorações Populares 2021
15h AVENIDA DA LIBERDADE
25
ABRIL
Defender
os Valores
de Abril

tantos sonhos fez despertar. Foi muito difícil, após golpes e contra golpes, construir a plataforma que congregasse a esmagadora maioria dos portugueses, sustentáculo da aprovação da Constituição da República, a maior das conquistas de Abril. Seria precisamente essa Lei fundamental que nos permitiria, sempre fiéis aos valores de Abril, salvaguardar os objectivos fundamentais que haviam levado àquela madrugada libertadora. São esses valores de Abril que nunca devemos deixar de cultivar e que devemos ostentar sem hesitações perante os novos inimigos que, traiçoeiros, vão surgindo.

É tempo de dar especial atenção à Fraternidade, eternamente glorificada por Zeca Afonso e tão esquecida por entre as enormes mudanças do mundo. As desigualdades e as injustiças na sociedade estão disseminadas, os mais frágeis estão cada vez mais desprotegidos enquanto a riqueza cada vez mais se concentra nas mãos de poucos. A escandalosa má distribuição da mais valia produzida tem de ser alterada radicalmente, sob pena de caminharmos para graves e devastadores conflitos. É uma realidade que a pandemia veio agravar, que é imperioso travar.

Temos de dizer Não ao agravamento das desigualdades e temos, acima de tudo, de dizer Sim à necessária e indispensável Recuperação e Reconstrução, que não poderão nunca acentuar essas desigualdades, mas antes ser o caminho para a concretização dos sonhos de Abril. Para isso, teremos de ter Coragem para enfrentar as campanhas de desinformação, de manipulação, de mentira, de demagogias populistas

TEREMOS DE TER CORAGEM PARA ENFRENTAR AS CAMPANHAS DE DESINFORMAÇÃO, DE MANIPULAÇÃO, DE MENTIRA

que procuram vender, agora como no passado, um mundo idílico a pensar na conquista do poder, que lhes permita impor os seus desígnios, sempre, como a História nos ensina, através de regimes fortemente opressivos que rapidamente esquecem os valores por si apregoados. Como em tudo o mais, para que essa luta saia vitoriosa, os responsáveis políticos têm de ter Autoridade Moral. E isso não é compatível com a existência de Corrupção. É tempo de lhe pormos termo, de a criminalizar. É tempo de a Honestidade passar a ser norma e não excepção!

Os tempos são de resistência e de luta, mas também de Esperança num Futuro melhor. Abril faz-nos acreditar que o Futuro será melhor, mais livre, mais igual, mais solidário e mais fraterno. Por isso, continuando a assumir o nosso estatuto de cidadania, escolhemos para imagem e mensagem do nosso Cartaz comemorativo deste 47º aniversário do 25 de Abril o apelo às gerações mais novas, como símbolo do Futuro que desejamos. Transmitindo com Alegria, Determinação, Liberdade, Diversidade, Igualdade, Inclusão, Fraternidade e União entre gerações, em respeito e defesa da Natureza. Não desistimos do Presente na realização dos Sonhos de Abril.

25 de Abril, Sempre! Viva Portugal!

CRAVOS PARA SALGUEIRO MAIA

Capitão de Abril foi evocado na manhã de festa em que se comemorava a Revolução

"CRAVOS PARA SALGUEIRO MAIA" foi uma cerimónia que evocou o 47.º aniversário da Revolução do 25 de Abril. A homenagem ao grande Capitão de Abril realizou-se no domingo, dia 25 de Abril, no Jardim dos Cravos, em Santarém, junto à estátua em memória dele, numa manhã marcada por chuva intensa e trovoada.

Ricardo Gonçalves, presidente da Câmara Municipal de Santarém (CMS), Joaquim Neto, Presidente da Assembleia Municipal, Natércia Maia e Daniela Maia, respectivamente viúva e neta do Capitão de Abril, o coronel Santos Silva, da Associação Salgueiro Maia, João Madeira Lopes, presidente da Comissão das Comemorações Populares do 25 de Abril, o coronel Garcia Correia, da Associação 25 de Abril, marcaram presença naquela celebração que contou ainda com a participação de algumas dezenas de populares.

Ricardo Gonçalves lembrou que em 2020, devido à pandemia, não foi possível estar no dia 25 de Abril junto à estátua do capitão Salgueiro Maia. "Foi um ano muito difícil porque, de repente, ficámos privados de liberdade. Não por acção política, mas por ter surgido no mundo um terrível vírus que nos afetou a todos".

O presidente da CMS aproveitou para homenagear todos os que estiveram na linha da frente no combate à pandemia e que permitiram que o País e o concelho não parassem num ano tão difícil. "No ano em que se comemoram os 47 anos do 25 de Abril, Santarém volta a unir-se para celebrar, de forma fraterna, a "libertação de Portugal das malhas da ditadura", concluiu.

A cerimónia terminou com tradicional deposição de flores junto à estátua do Capitão Salgueiro Maia e com a entoação da "Grândola, Vila Morena".

Direitos reservados

Carlos Pereira Martins

Bodas de ouro: será celebrada a vitória do tempo da democracia face ao tempo da ditadura

50.º ANIVERSÁRIO EM PREPARAÇÃO

Comemorações da revolução de 25 de Abril de 1974 apontadas para 2022

DITADURA DUROU 47 ANOS, DEZ MESES E 28 DIAS, NUM TOTAL DE 17.499 DIAS

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA e o primeiro-ministro terão indicado o ano de 2022 para início das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, altura em que o tempo histórico da democracia terá superado o tempo histórico da ditadura.

Este anúncio foi feito por António Costa nos jardins de São Bento, após inaugurar uma escultura de Fernanda Fragateiro, "A poesia é" — iniciativa integrada no programa da residência oficial do primeiro-ministro das comemorações do 47.º aniversário do 25 de Abril.

António Costa disse que a ditadura durou precisamente 47 anos, dez meses e 28 dias, num total de 17.499 dias, apontando, depois, que neste momento se iniciou a contagem decrescente para se ultrapassar em democracia o tempo que durou o regime do Estado Novo.

"No próximo dia 24 de Março, a democracia terá já 17.500 dias, ultrapassando por um dia o tempo que durou a ditadura. Por isso, quando olhamos para 2024 e pensamos na celebração dos 50 anos do 25 de Abril, o Governo e o Presidente da República entenderam que essas comemorações devem iniciar-se já no próximo ano, precisamente no dia 24 de Março de 2022", afirmou o líder do executivo.

Segundo o primeiro-ministro, desta forma, "será celebrada a vitória do tempo da democracia face ao tempo da ditadura".

"As comemorações podem e devem estender-se até 2026, quando serão celebrados os 50 anos da entrada em vigor da Constituição da República, das primeiras eleições legislativas, das primeiras regionais, autárquicas e presidenciais em democracia", adiantou António Costa.

Naquela mesmo dia, e no mesmo local, após ter inaugurado uma escultura de Fernanda Fragateiro, "A poesia é", o primeiro ministro prestou homenagem ao cantor Sérgio Godinho, elogiando a sua carreira musical e atribuindo-lhe a medalha de mérito cultural.

Perante os jornalistas, António Costa disse que "Sérgio Godinho, foi alguém que deu voz ao 25 de Abril".

"Alguém que tem cantado as nossas vidas desde o 25 de Abril até agora", acentuou, antes de elogiar a decisão de António Guterres, quando foi primeiro-ministro, entre 1995 e 2002, de abrir ao público os jardins e a residência oficial de São Bento.

SÍMBOLOS DA MEMÓRIA

A25A cumpriu a tradição de emitir uma medalha e um cartaz comemorativos do aniversário do 25 de Abril, este ano o 47.º.

COMO TEM SIDO TRADIÇÃO, a A25A nunca deixou de ter artistas que com ela colaborassem de forma desinteressada. Este ano, foi seu privilégio contar com adesão amiga do escultor João Bernardo dos Santos, que criou uma significativa peça artística – a medalha – tendo também colaborado na criação do cartaz juntamente com Catarina Quintas.

A medalha comemorativa do 47.º aniversário do 25 de Abril apresenta-se em configuração quadrangular, realizada pelo processo de cunhagem, em tradicional equilíbrio binário entre anverso e reverso.

Respeitando a intenção de estímulo ao pensamento no futuro, elege a ideia de caminho a percorrer como símbolo comemorativo primário. O elemento de pigmentação mais escura representa esse caminho, que se dirige à abertura no corpo da medalha que pretende simbolizar a libertação e as oportunidades indeterminadas de um futuro promissor. A presente solução formal foi desenhada para permitir a sustentação da medalha na posição vertical sem necessidade de suporte, o que consiste numa simbologia subtil de independência e integridade.

No anverso encontra-se o logotipo da Associação 25 de Abril, e no reverso figuram a inscrição: "25 DE ABRIL" e a data "1974-2021", com a assinatura do autor no bordo.

CARTAZ E AUTOCOLANTE

Com a medalha foi igualmente emitido um cartaz de que resultaram os pequenos autocolantes com a mesma imagem. A autoria é de Catarina Quintas e de João Bernardo dos Santos, o autor da medalha. Ambos presentearam a A25A com um trabalho de elevada qualidade, o que permitiu aumentar o já rico espólio de imagens comemorativas da instituição.

Para o ano de 2021, marcado ainda pela crise pandémica da covid-19, o desafio foi transmitir as ideias de futuro, determinação e esperança. O apelo às gerações mais novas é de elevada importância, e foi elemento central nas escolhas simbólicas e estéticas.

A juventude, como símbolo do futuro, foi eleita como elemento representativo de primeiro plano. Com inspiração gráfica em Schulz e Quino, desenvolveram-se quatro figuras alegres e determinadas, que pela sua distribuição compositiva ascendente transmitem, além de diversidade, igualdade e inclusão, a ideia de crescimento. O símbolo do cravo de Abril, distribuído por elas, é um elemento de união entre gerações: as que fizeram o 25 de Abril, e as que cresceram a conhecer a liberdade.

Para a figura da esquerda, faz-se uso do símbolo do super-herói, contemporaneamente bem marcado nas jovens gerações, para encapsular as ambições de heroísmo, que na vida adulta se manifestam nos diferentes caminhos de serviço e contributo comunitário, como a saúde, a segurança e o ensino. No braço do pequeno herói está e estará protegida a liberdade.

Com a estilização do cravo no vaivém espacial, também ele símbolo de conquista de desafios desconhecidos, e da pomba na t-shirt do rapaz à direita, pretendeu-se representar as qualidades de adaptação e inovação, sem esquecimento do caminho percorrido. O fundo azul remete para o céu de um dia soalheiro, de horizonte crescente, transmitindo paz, serenidade e optimismo.

Além da data "25 ABRIL 2021", apresentada nas cores de Portugal e de Abril, decidiu-se destacar os conceitos "LIBERDADE", "ESPERANÇA" e "FUTURO", na mais pura das cores, que ocupam lugar de destaque no topo da página.

SERIGRAFIA DE JOSÉ GUIMARÃES

Técnica: Serigrafia s/ papel Fabriano Tiepolo
Data: 2019
Dimensão: 90 x 70 cm
Mancha: 76x57,5 cm
Tiragem: 199 exemplares
Editor: Associação 25 de Abril
Impressor: Atelier Centro Português Serigrafia, Lisboa

Por especial deferência do autor desta obra, foi possível estabelecer condições muito especiais para os Associados da A25A, sendo a relação de preços a seguinte:

> Valor de venda ao público: 1.200,00€
> Valor para Sócios da A25A: 900,00€

Nota: Para cada exemplar da serigrafia, será oferecida uma pasta para transporte/guarda

CHAIMITES
NAS RUAS DE LISBOA

Direitos reservados

O desfile comemorativo do 25 de Abril teve início às 15:00 na Avenida da Liberdade e terminou por volta das 17:00 nos Restauradores. Em seguida, as duas viaturas Chaimite que nele participaram iniciaram um percurso pela cidade de Lisboa, passando por alguns dos principais lugares simbólicos dos acontecimentos ocorridos no dia 25 de Abril de 1974: Praça do Comércio - Rua Nova do Almada - Largo do Carmo - Rua da Misericórdia – Rua António Maria Cardoso (ex-PIDE) - Rua da Conceição - Praça da Figueira - Rossio - Rua Joaquim António de Aguiar - Rua Sampaio Pina (ex- RCP) - Rua Marquês da Fronteira (ex-BC5) - S. Sebastião da Pedreira (ex-QG/RML) - Campo Grande - Alameda das Linhas de Torres (antigas instalações da RTP) - Pontinha (PC do MFA). Na imagem, a viaturas estão a passar diante da sede da A25A.

Direitos reservados

A fortaleza, classificada como Monumento Nacional desde 1938, foi uma das prisões do Estado Novo, tendo sido agora inscrito na parede o nome de todos os presos políticos que por ali passaram

OBRAS EM PENICHE VÃO AVANÇAR

Museu da Resistência e da Liberdade renovado para as comemorações do 50.º aniversário da Revolução

SITUADO NO DISTRITO DE LEIRIA, O MUSEU FOI CRIADO EM 2017 E VEIO A ABRIR PORTAS A 25 DE ABRIL DE 2019

A MINISTRA DA CULTURA, Graça Fonseca, escolheu o 47.º aniversário da Revolução do Cravos para anunciar a adjudicação das obras de 2,8 milhões de euros na fortaleza de Peniche e respetivos pavilhões prisionais, destinadas ao Museu da Resistência e da Liberdade.

Questionada sobre o eventual atraso na empreitada, decorrente da publicação de um despacho de repartição de encargos até 2023, Graça Fonseca explicou que é "uma questão de segurança e não de previsão de atraso", frisando que o Governo "mantém" o calendário de, "até ao final de 2022, ter a empreitada concluída para que em 2023 possam ser preparados os conteúdos do museu e ele seja inaugurado em 2024, aquando das celebrações dos 50 anos do 25 de abril". As obras no Museu Nacional da Resistência e da Liberdade vão ter um custo final de 4,3 milhões de euros, cerca de 800 mil euros mais do que o inicialmente previsto.

A ministra da Cultura falava à margem da inauguração da exposição "Candelabro - Aristides de Sousa Mendes: o exílio da vida", que abrira ao público a 20 de Abril no Museu Nacional da Resistência e da Liberdade, na fortaleza de Peniche.

Situado no distrito de Leiria, aquele museu foi criado em 2017 e veio a abrir portas a 25 de Abril de 2019 com a exposição "Por Teu Livre Pensamento", que antecipa os conteúdos do museu em construção.

A fortaleza, classificada como Monumento Nacional desde 1938, foi uma das prisões do Estado Novo de onde se conseguiu evadir, entre outros, o histórico secretário-geral do PCP Álvaro Cunhal, em 1960, protagonizando um dos episódios mais marcantes do combate ao regime ditatorial.

NA CALIFÓRNIA

Direitos reservados

Ver a notícia de uma revolução em Portugal, ver as ruas de Lisboa repletas de tropas, foi, no mínimo, um "espanto"

Portugueses espalhados pelo mundo assinalaram a festa da Revolução

DINIS BORGES

TINHA 15 ANOS QUANDO aconteceu o 25 de abril. Vivia na América, com os meus pais e o meu irmão, há 5 anos e meio. Como tantos outros açorianos, havíamos emigrado porque o regime abafava as pessoas e a mobilidade social era quase inexistente. Aqui estávamos numa das muitas vacarias do centro da Califórnia, uns escassos seis meses depois de termos ido numa romaria de saudade à nossa terra. Viagem para pagamento de promessa ao Divino, feita por meu pai antes de sair da ilha no ano de 1968.

Havíamos estado na ilha Terceira pouco mais de quatro meses, e entre a família e as vivên-

cias de festa e romaria, jamais imaginávamos que um ano e meio mais tarde a vida em Portugal mudaria e o povo português começaria o seu processo democrático. Acontecimento que no baluarte da democracia moderna, nos EUA, não foi recebido com a euforia que merecia, particularmente no que concerne às nossas comunidades. Tínhamos quase todos saído por causa do regime, mas agora que caía, havia quem não aceitasse essa mudança. Ainda me recordo que nas festas de verão da comunidade do centro da Califórnia, o tópico estar repleto de relutância pelo que acontecia em Portugal.

Dos meus parentes e amigos, com quem conversava, era o único que celebrava, efusivamente, o 25 de abril. Vivia o momento à distância, mas saboreava tudo o que vinha de novidade e de mudança. Vivia intensamente o que o poeta Ary dos Santos escreveu: *esta força viril/de antes quebrar que torcer/que em vinte e cinco de abril/fez Portugal renascer*.

Para quem residia numa comunidade portuguesa rodeada de "América" por todos os lados, ligar a televisão, o telejornal da CBS, com Walter Cronkite, que víamos religiosamente em família todas as noites, com as traduções que fazia para meus pais, e ver a notícia de uma revolução em Portugal, ver as ruas de Lisboa, cidade que então conhecia apenas por fotografia, mas que sempre me tinha encantado, repleta de tropas, foi, no mínimo, "um espanto"- parafraseando o poeta Álamo Oliveira na conferencia que apresentou no Instituto Português Além-Fronteiras (PBBI), na Universidade Estadual da Califórnia, em Fresno.

A PARTIR DAQUELE MOMENTO JÁ PODIA FALAR COM OS MEUS AMIGOS DE TODAS AS ETNIAS E RAÇAS SOBRE O PAÍS QUE PARA ELES ERA UMA INCÓGNITA

Foi mesmo muito bom ouvir e ver Portugal no ecrã do nosso televisor, nas redes dos noticiários inundados de Nixon por todos os lados. Ver e ouvir falar de Portugal, durante alguns dias, no noticiário americano, era, para um jovem de 15 anos, cujo país de origem estava na prateleira do esquecimento americano - e era só vivido no mundo comunitário - um sonho, uma exaltação, uma dádiva. A partir daquele momento já podia falar com os meus amigos de todas as etnias e raças sobre o país que para eles era uma incógnita. Um país que conheciam apenas como um lugar pobre de onde provinham os ordenhadores das vacas do Vale de São Joaquim.

REVISTA "TIME"

Já nesse longínquo ano, recordo-me que recebíamos em casa a revista *Time*. Tinha tido conhecimento da mesma por um magnífico professor no meu oitavo ano de escolaridade.

Havia chateado meu pai, uns três meses antes, para assiná-la, também porque trabalhava com ele na vacaria seis dias por semana, antes e depois da escola. Ele, apesar de revirar os olhos, deu-me esse gosto. Uma assinatura custava, salvo erro, cerca de 15 dólares por ano. Lia-a da capa a contracapa. E para meu desassossego, fiquei abismado quando na capa de 6 de maio veio a fotografia do cantor de música country, Merle Haggard.

Esperava que Portugal fosse o assunto. Mesmo com apenas 15 anos deveria ter tido mais juízo. Já deveria saber que o imaginário americano não permite uma revolução, ainda por cima com cravos, mesmo na capa de uma revista como a *Time*. Porém, folheei rapidamente e recordo-me que me sentei num canto do quintal, pasmado, como me disse minha mãe, a ler os artigos, e as quatro páginas dedicadas ao que os editores intitularam: *Um Cheiro de Liberdade Para o Império mais Velho*.

Hoje, ao celebrar os 47 anos da Revolução dos Cravos, algo que tenho feito todos os anos, muitas vezes sozinho em casa a ler um ou dois poemas ao sabor de um copo celebrativo, com a música de Zeca Afonso, outras com o meu amigo José Carlos Rocha, que fez o serviço militar em Angola e que muito me tem ensinado sobre os dissabores da guerra colonial, e raramente em eventos públicos, já que só excecionalmente se celebra o 25 de Abril nas comunidades da Califórnia, a não ser que esteja associado a outros eventos, como durante uma década à festa do emigrante e ao simpósio Filamentos da Herança Atlântica, ou por vezes, e por força do calendário, em congressos, mas estes raros, da Luso-American Education Foundation.

Hoje, com a magia das novas tecnologias, volto à edição que li no canto do meu quintal, com 15 anos, da revista *Time* e, recorrendo às mesmas novas tecnologias, tento, no *Portuguese Beyond Borders Institute* (PBBI) da Universidade Estadual da Califórnia, em Fresno, dar um outro impulso a esta efeméride para que os valores da Revolução dos Cravos sejam conhecidos pelas novas gerações de luso-descendentes.

Relembro, com alguma saudade, próprio de quem já carrega com 62 anos nos ombros, a emoção com que li a descrição da revista *Time*: "Levou apenas 14 horas para esmagar a ditadura que Salazar havia instalado há 45 anos, e conduzir os oito milhões de portugueses para o que o exército prometeu ser uma nova trajetória democrática." E lembro-me de que foi graças à revista *Time*, à sua explicação de que a guerra colonial custava 1.3 mil milhões de dólares, levando 40% do orçamento do Estado, e ceifando cerca de 680* vidas de portugueses todos os anos (e não 250 como inicialmente a *Time* anunciou), para não falarmos nos africanos, que passei em cada encontro familiar, ou com amigos, a falar da revolução e do novo Portugal.

A revista *Time* escreveu que Lisboa reagiu como uma cidade libertada, escreveu sobre os cravos vermelhos e a camaradagem entre a população e os soldados. O breve, mas elucidativo dossier da *Time*, permitiu que vivesse a revolução, que a sentisse como parte da minha vida, que me orgulhasse de um país, do meu país, que saía das trevas, e independentemente de todas as

incertezas, tinha o destino nas mãos. E recordo-me, muito bem mesmo, de meu pai, que via todo o meu entusiasmo, dizer: "não se sabe o que virá disto, mas se fizer com que as pessoas não tenham que sair da sua terra como nós tivemos que sair, já é uma grande coisa". Ele que adorou até à morte a sua pátria, a sua terra, a sua ilha. Portugal no centro das atenções da imprensa americana, a mesma imprensa que estava virada para o processo da destituição de Nixon, permitiu que, como comunidade, fôssemos além de gente ordeira e trabalhadora que gostava da sua festa.

O 25 DE ABRIL AINDA É INCOMPREENDIDO PELA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA E DESCONHECIDO POR MUITOS LUSO-AMERICANOS

ABRIL INCOMPREENDIDO

Quarenta e sete anos mais tarde, nesta longínqua Califórnia, um dos estados mais progressistas da união americana, o 25 de abril ainda é incompreendido pela emigração portuguesa e desconhecido por muitos luso-americanos.

A efeméride raramente tem espaço nos acontecimentos que a nossa diplomacia portuguesa promove. Os meios de comunicação social da comunidade levaram demasiado tempo a começarem a falar e escrever sobre a Revolução. O próprio mundo americano olha demasiadamente para o seu umbigo e não dá importância aos acontecimentos mundiais. Também as entidades portuguesas ligadas à nossa diáspora não têm feito muito esforço para transmitir os valores de abril às nossas comunidades na Califórnia, diria mesmo a todas as comunidades da América do Norte.

Apesar de tudo, ainda há meia dúzia de teimosos no nosso movimento associativo da diáspora em terras americanas, e alguns académicos, que lutam para que o 25 de abril tenha outra presença. Acredito que as novas gerações de luso-descendentes, motivadas em parte pelos acontecimentos de injustiça racial que se tem vivido nos Estados Unidos, estejam cada vez mais interessadas em conhecerem os valores da Revolução dos Cravos. Com ou sem a bênção do poder, incluindo da nossa diplomacia, há que criar oportunidades para que isso aconteça. É impossível levar um Portugal moderno às novas gerações de luso-descendentes sem primeiro lhes passar os valores do 25 de abril.

A mim, aos 15 anos, e no meio dos campos da Califórnia, abriu-me ainda mais o desejo de continuar a ser português em terra americana a lutar pelos ideais de um mundo mais justo e mais livre.

*Cf Cronologia da Guerra Colonial, José Brandão, 2008

Direitos reservados

COMEMORAÇÕES NA RÁDIO

A Revolução dos Cravos foi também comemorada na Rádio pública, nomeadamente na Antena 2. No dia 23 de Abril, 6.ª feira, entre as 8h e as 10h, foi emitida a entrevista feita pelo jornalista Paulo Alves Guerra ao cabo apontador José Alves Costa.

No dia 24, sábado, no programa 5.ª Essência, das 10h às 11h, foi transmitida a 1.ª parte da entrevista, feita em 2014, ao general Garcia dos Santos. A 2.ª parte foi transmitida no dia 1 de Maio, no mesmo programa. Esta entrevista foi realizada quando se assinalou o 40.º aniversário do 25 de Abril e está disponível na RTP Play.

FESTA DE
CARLOS ALBERTO MONIZ

No âmbito do programa comemorativo do 47.º aniversário da Revolução, Carlos Alberto Moniz apresentou um espectáculo musical no Cine-Teatro S. João, em Palmela, no próprio dia 25 de Abril, às 22h. Inserido nas comemorações dos 50 anos de carreira, Carlos Alberto Moniz, associado e grande colaborador da A25A, produziu aquele evento especialmente para a noite de 25 de abril de 2021, e partilhou o palco com o seu quarteto, músicos de excelência que fazem a fusão entre o que tanto se cantou e novas formas de ver, sentir e resistir, numa noite de memórias viradas para o futuro. Foram cantadas todas as canções "Moniz/Letria" compostas para a A25Abril: os capitães da alegria (E um dia fez-se Abril); resistir de novo; Abril, lugar perfeito; Abril será sempre amanhã; entre outras.

HOUVE, HÁ E HAVERÁ SEMPRE UM SÓ PORTUGAL

Discurso do Presidente da República na sessão solene comemorativa do 47.º aniversário do 25 de Abril

PASSARAM, HÁ UM MÊS, sessenta anos sobre o início de um tempo que haveria de anteceder e determinar a data de hoje, aquela que aqui evocamos, 25 de Abril de 74.

Um tempo feito de vários tempos e modos que para sempre marcou a vida de mais de um milhão de jovens saídos das suas terras para atravessarem mares e viverem e morrerem noutro continente ou dele regressarem alguns com traços indeléveis na sua saúde.

Que para sempre marcou a vida das suas famílias, dos seus lugares, das suas aldeias, das suas vilas e mesmo das suas cidades, no fundo de todo um Portugal durante treze anos ou um pouco mais.

Que para sempre marcou a vida daqueles que, por opção de princípio, recusaram aquela partida e rumaram a outros destinos continuando ou iniciando uma luta contra o que estava e queria permanecer.

Que para sempre marcou a vida dos que já lá vivendo idos eles ou os seus antepassados de terras daquém mar de lá vieram, no termo desses longos anos, ou lá ficaram e estão para ficar.

Que para sempre marcou a vida dos que viveram e morreram do outro lado da trincheira para conquistarem o que alcançaram definitivamente depois do 25 de Abril de 74.

Que para sempre marcou a vida de famílias, de lugares, de aldeias, de vilas e mesmo de cidades de Pátrias afirmadas como Estados independentes após treze anos ou um pouco mais de um tempo ainda não tão vizinho de nós e todavia já tão longínquo para tantas gerações.

Que não foi um tempo desprendido de outros tempos. Foi o que foi porque as décadas que o precederam, o século que o precedeu, os cinco séculos que o precederam criaram ou prolongaram contextos que o haveriam de definir e condicionar.

E por isso é tão difícil dir-se-ia até impossível explicar qualquer que seja a visão de cada qual esses treze anos ou um pouco mais sem falar do Portugal dos anos 20 aos anos 70; do Portugal do final do século XIX aos anos 20; do Portugal dos vários pequenos ciclos de que se fizeram o Império Colonial e as relações coloniais nele vividas.

Olhar com os olhos de hoje e tentar olhar com

Direitos reservados

os olhos do passado que as mais das vezes não nos é fácil entender sabendo que outros, ainda, nos olharão no futuro de forma diversa dos nossos olhos de hoje.
Acreditando muitos, nos quais me incluo, que há no olhar de hoje uma densidade personalista, isto é, isto é de respeito da dignidade da pessoa humana e dos seus direitos, na condenação da escravatura e do esclavagismo, na recusa do racismo e das demais xenofobias que se foi apurando e enriquecendo, representando um avanço cultural e civilizacional irreversível.
Acreditando muitos, nos quais também me incluo, que o olhar de hoje não era nas mais das vezes o olhar desses outros tempos.
O que obriga a uma missão ingrata: a de julgar o passado com os olhos de hoje, sem exigir, nalgumas situações, aos que viveram esse passado que pudessem antecipar valores ou o seu entendimento para nós agora tidos por evidentes, intemporais e universais, sobretudo se não adotados nas sociedades mais avançadas de então.
Se esta faina é ingrata para séculos remotos que não se pense que ela é desprovida de dificuldades para tempos bem mais recentes.
Continua a ser complexo entendermos tantos olhares do fim do século XIX quando os impérios esquartejaram a regra e esquadro o continente africano ou do começo do século XX quando o império monárquico passou a império republicanos.
Mais óbvio é pelo contrário o juízo sobre o passado ainda mais recente quando outros impérios terminaram e o império português retardou, por décadas, o processo descolonizador recusando-se a ouvir conselhos da História e apenas extinguindo o indigenato nos anos 60, ou seja, uma dúzia de anos antes de 74.

ACREDITANDO MUITOS, NOS QUAIS ME INCLUO, QUE O OLHAR DE HOJE NÃO ERA NAS MAIS DAS VEZES O OLHAR DESSES OUTROS TEMPOS

Este revisitar da história aconselha algumas precauções. A primeira é de não levarmos as consequências do olhar de hoje, sobre os olhares de há 8,7,6,5,4,3, 2 séculos ao ponto de passarmos de um culto acrítico triunfalista exclusivamente glorioso da nossa história, para uma demolição global e igualmente acrítica de toda ela, mesmo que a que a vários títulos é sublinhada noutras latitudes e longitudes.
Monarcas absolutos e portanto ditatoriais aos olhos de hoje, e foram a maioria, seriam globalmente condenados independentemente do seu papel na Fundação, na unificação territorial, na Restauração, na diplomacia europeia intercontinental.

Com monarcas e governantes no liberalismo, que os houve, prospetivos na história que fizeram ou refizeram no século XIX às vezes com a singularidade improvável de um Príncipe Regente no Brasil, filho primogénito do nosso Rei, que declarou a independência dessa potência do presente e do futuro sendo o seu primeiro Imperador e vindo a lutar pela liberdade e a morrer em Portugal, no mesmo quarto onde nascera trinta e cinco anos duas coroas e uma independência antes. Ou personalidades do liberalismo republicano importantes no centro ou na periferia do Império como Norton de Matos.

Segunda precaução: é de aprendermos a olhar, em particular quanto ao passado mais imediato, com os olhos que não são os nossos, os do antigo colonizador, mas os olhos dos antigos colonizados, tentando descobrir e compreender, tanto quanto nos seja possível, como eles nos foram vendo e julgando, e sofrendo, nomeadamente onde e quando as relações se tornaram mais intensas e duradouras e delas pode haver o correspondente e impressivo testemunho.

Terceira precaução: essa a mais sensível de todas por respeitar a tempos muito, muito presentes nas nossas vidas. Aqueles de nós portugueses que têm menos de 50 anos não conheceram o Império colonial nem nas lonjuras nem na vivência, aqui, no centro. O seu juízo é naturalmente menos emocional, menos apaixonado. Admito que assim não seja, porém, em muitos jovens das sociedades que alcançaram a independência contra o Império Português e viveram depois décadas conturbadas pelos reflexos de vária natureza da anterior situação colonial.

JÁ PARA OS PORTUGUESES COM MAIS DE 50 OU 55 ANOS O REVISITAREM A INFÂNCIA OU A JUVENTUDE É MAIS DESAFIANTE

Já para os portugueses com mais de 50 ou 55 anos o revisitarem a infância ou a juventude é mais desafiante. É uma mistura de recordações, de novos mundos descobertos, de desenraizamentos ou novos enraizamentos, de primeira desertificação do interior do Continente, de migrações e muitas mais imigrações, de transformações pessoais, familiares, comunitárias, de mortes choradas, de sinais na saúde e na vida, de traumas os mais diversos e em momentos diferentes por aquilo que sonharam e se fez, por aquilo que sonharam e se desfez, pelo que sofreram e ficou, pelo que esperaram aguentaram e sentem nunca ter tido reconhecimento bastante.

Para todos eles e muitos mais o juízo é tão com-

plexo como complexa foi a mudança histórica que neste dia evocamos, na sua abertura para a Descolonização, para o Desenvolvimento, para a Liberdade, para a Democracia. Desenvolvimento, Liberdade e Democracia, sabemo-lo todos, sempre foram imperfeitos e por isso não plenos. Porque nunca tendo resolvido uma pobreza estrutural de dois milhões de portugueses e desigualdades pessoais e territoriais, e desinstitucionalizações, que aqui referi em 2016 e 2018, que a pandemia veio revelar e acentuar. Mas foi complexa essa mudança histórica em 74. Fruto da resistência de muitas e muitos durante meio século com os seus seguidores políticos sentados neste hemiciclo. Ela ganhou o seu tempo e o seu modo decisivos no gesto essencial dos Capitães de Abril, aqui qualificadamente representados pela Associação 25 de Abril e que saúdo, reconhecido, em nome de todos os portugueses. Esses Capitães de Abril não vieram de outras galáxias, nem de outras nações, nem surgiram num ápice naquela madrugada para fazerem história. Transportavam consigo já a sua história, as suas comissões em África, uma, duas, três, alguns quatro, anos seguidos nas nossas Forças Armadas, tendo de optar todos os dias entre cumprir ou questionar, entre acreditar num futuro querido ou que outros definiam ou não acreditar, entre aceitar ou a partir de certo instante romper, tudo em situações em que a linha que separa o viver e morrer é muito ténue apesar dos princípios, das regras, dos ditames escritos por políticos e juristas em gabinetes, que não são os cenários em que a coragem se soma à sobrevivência e à solidariedade na camaradagem. Pois foram estes homens, eles mesmos, não outros, os heróis naquela madrugada do 25 de Abril.

ESSES CAPITÃES DE ABRIL NÃO VIERAM DE OUTRAS GALÁXIAS, NEM DE OUTRAS NAÇÕES, NEM SURGIRAM NUM ÁPICE NAQUELA MADRUGADA PARA FAZEREM HISTÓRIA

Como haviam sido eles e muitos, muitos mais os combatentes ano após ano nas longínquas fronteiras do Império. Como foram eles quem acabou por aceitar para símbolos públicos face visível da mudança oficiais mais antigos encimados pelos que haveriam de ser os dois primeiros Presidentes da República na transição para a Democracia. Que não eram, não tinham sido militares de alcatifa. Tinham sido grandes chefes militares no terreno e nele responsáveis por anos de combate, de coordenação com serviços de informação e de atuação anti guerrilha, de proximidade das populações.

Foi assim aquele dia 25 de Abril antes de suscitar o Processo Popular Revolucionário que o seguiu e apoiou. Antes de ser hoje património

Direitos reservados

"É prioritário estudar o passado e nele dissecar tudo: o que houve de bom e o que houve de mau", pediu o Presidente da República durante o discurso proferido na Assembleia da República

nacional em que o seu único soberano é o povo português.

Foi no seu eclodir resultado de décadas de resistência e depois crucialmente grito de revolta de militares que tinham dado anos das suas vidas à Pátria no campo de luta e que sentiam estar a combater sem futuro político visível ou viável presididos eles, e todos nós, por dois Chefes Militares um após outro que tinham conhecido intensa e prolongadamente o que é a guerra de guerrilha em missões militares e cargos politico ou militares os mais relevantes. Eis por que razão é tão justo galardoar os Militares de Abril tendo merecido já uma homenagem muito especial aquele, de entre eles, que depois de ter estado no terreno veio a ser peça chave na mudança de regime e primeiro Presidente da República eleito da democracia portuguesa, e que sempre recusou o Marechalato que merecia e merece, o Presidente António Ramalho Eanes.

Eis também porque é tão difícil o juízo sobre uma história tão recente salvo naquilo que é de mais óbvio consenso: o consenso naquilo em que o Império não entendeu o tempo que o condenara. A ditadura não podia entender o

tempo que a tinha condenado de forma irrefragável e ainda mais evidente a partir de 58 e da saga de Humberto Delgado e a relação colonial não conseguira entender a raiz da inevitabilidade da sua inconsequência.
Estas reflexões são atuais porque nada como o 25 de Abril para repensar o nosso passado quando o nosso presente ainda é tão duro e o nosso futuro é tão urgente.
E ainda porque a cada passo pode ressurgir a tentação de converter esse repensar do passado em argumento de mera movimentação tática ou estratégica num tempo que ainda é será de crise na vida e na saúde e de crise económica e social encaremos com lúcida serenidade o que pode agitar o confronto político conjuntural, mas não corresponde ao que é prioritário para os portugueses. E além de não ser prioritário nestes dias de crises é duvidoso que o seja alguma vez.
É prioritário estudar o passado e nele dissecar tudo: o que houve de bom e o que houve de mau. É prioritário assumir tudo, todo esse passado, sem autojustificações ou autocontemplações globais indevidas, nem autoflagelações globais excessivas.
E no caso do passado mais recente assumir a justiça largamente por fazer ao mais de um milhão de portugueses que serviram pelas armas o que entendiam ou lhes faziam entender constituir o interesse nacional. Aos outros milhões que cá ou lá viveram a mesma odisseia. Aos milhões que lá e cá a viveram do outro lado da história combatendo o Império colonial português batendo-se pelas suas causas nacionais ou a viveram do mesmo lado, mas ficaram esquecidos, abandonados por quem regressou e condenados por quem nunca lhes perdoou o terem alinhado com o oponente.

É PRIORITÁRIO TODO ESSE PASSADO SEM AUTOJUSTIFICAÇÕES OU AUTOCONTEMPLAÇÕES GLOBAIS INDEVIDAS, NEM AUTOFLAGELAÇÕES GLOBAIS EXCESSIVAS

Aos muitos, e eram quase um milhão, que chegaram rigorosamente sem nada depois de terem projetado uma vida que era ou se tornou impossível. Aos muitos, e eram milhões, que sofreram nas suas novas Pátrias conflitos internos herdados da colonização ou dos termos da descolonização.
Até por respeito para com todas estas e a todos estes, que se faça história e história da História, que se retire lições de uma e de outra sem temores nem complexos, com a natural diversidade de juízos, própria da democracia. Mas que se não transforme o que liberta, e toda a revisitação o mais serena possível e liberta ou deve libertar em mera prisão de sentimentos,

úteis para campanhas de certos instantes, mas não úteis para a compreensão do passado a pensar no presente e no futuro.
O 25 de Abril foi feito para libertar, sem esquecer nem esconder, mas para libertar e os que o fizeram souberam superar muitas das suas divisões durante a Revolução e depois dela a pensar na unidade essencial da mesma Pátria tomando os termos simplificadores desses tempos sensibilidades diferentes no Movimento das Forças Armadas que se chocaram então não deixaram de entender depois que a unidade essencial de uma rutura depois feita Revolução ela própria composta de várias revoluções tudo o mais sobrepuja. Nações irmãs na língua têm sabido encontrar-se connosco e nós com elas e têm sabido julgar um percurso comum olhando para o futuro ultrapassando séculos de dominação política, económica, social, cultural e humana.
Que os anos que faltam até ao meio século do 25 de Abril sirvam a todos nós para trilharmos um tal caminho como a maioria dos portugueses o tem feito nas décadas volvidas fazendo de cada dia um passo mais no assumir as glórias que nos honram e os fracassos pelos quais nos responsabilizamos, e bem assim no construir hoje coesões e inclusões e no combater hoje intolerâncias pessoais ou sociais.
Quem vos apela a isso mesmo é o filho de um governante na Ditadura e no Império, que viveu na que apelida de sua segunda Pátria o ocaso tardio inexorável desse Império, e viveu depois, como constituinte, o arranque do novo tempo democrática. Charneira como milhões de portugueses, entre duas histórias da mesma História e nem por exercer a função que exerce olvida ou apaga a história que testemunhou. Como nem por ter testemunhando essa história deixou de ser eleito e reeleito pelos portugueses em democracia. Democracia que ajudou a consagrar na Constituição que há 45 anos nos rege.
Que o 25 de Abril viva sempre, como gesto libertador e refundador da história. Que saibamos fazer dessa nossa história lição de presente e de futuro, sem álibis nem omissões, mas sem apoucamentos injustificados querendo muito mais e muito melhor.
Não há, nunca houve um Portugal perfeito.
Como não há, nunca houve um Portugal condenado.
Houve, há e haverá sempre um só Portugal. Um Portugal que amamos e nos orgulhamos para além dos seus claros e escuros também porque é nosso.

Nós somos esse Portugal.
Viva o 25 de Abril!
Viva Portugal!

Campos de concentração do século XXI

Direitos reservados

Refugiados nas ilhas do Pacífico. Desde 2012 que a Austrália envia refugiados para campos de concentração aos quais denomina de "campos de detenção". Este texto é um grito de revolta de uma jovem de 18 anos indignada com a situação

MARIA INÊS CANAVILHAS*

ESTE TRABALHO TEM como foco principal o estudo e divulgação dos campos de detenção/concentração australianos situados nas Ilhas do Pacífico. Neles se encontram aprisionados inúmeros refugiados que se deslocavam para a Austrália. A partir desta problemática central, irei estudar os factos envolventes e o impacto que tiveram sobre pessoas obrigadas a fugir por motivos de conflito nos países de origem e que acabaram por ser encarceradas em locais sem condições básicas de vida, o que desencadeou uma série de atos de automutilação e, em certos casos, de suicídio. Pretendo também partilhar a história de Behrouz Boochani, jornalista e escritor curdo-iraniano que esteve preso na Ilha Manus durante seis anos. Recorro ao depoimento dele, como base para este trabalho, uma vez que pelo dom da palavra escrita e pelas filmagens clandestinas difundidas chamou a atenção de muitos países para esta questão. Por fim, analiso e exponho as medidas tomadas, ou não, para pôr fim a estas questões, mostrando como este é um acontecimento que mais uma vez colocou em causa, e ainda coloca, a dignidade e os valores humanos.

AUMENTAM OS REFUGIADOS

A deslocação de refugiados tem vindo a crescer. É um efeito colateral do aumento de guerras, conflitos e disputas entre países. Como mundo-nação deveríamos unir esforços no apoio aos que precisam de ajuda e de abrigo. Contudo, não é isso que se constata na Austrália.

Por volta do ano de 2012, um grande número de refugiados procurou fugir da situação perigosa em que se encontrava, em busca de uma vida melhor, deslocando-se, a maioria, de barco da Indonésia. Um grande número provindo do Irão: 635 detidos na Ilha Nauru (República de Nauru), e 675 na Ilha Manus (Papua Nova Guiné). Há quem seja proveniente do Afeganistão, do Sri Lanka e de outros países.

A maioria destas pessoas fugiu por causa da guerra - pretendiam salvar-se e salvar as suas

Campos de detenção australianos nas ilhas de Manus, Mauru e Natal

famílias. Outras, tentaram escapar à perseguição que lhes era movida pelos respectivos governos. E o que é que está a acontecer? Desde 2012 que a Austrália tem enviado esses refugiados para campos de concentração, aos quais chama de "campos de detenção". Os que são detetados antes de alcançarem a costa são imediatamente repatriados, ficando sujeitos à repressão de que haviam fugido. Estes procedimentos têm-se estendido até hoje.

Desde agosto de 2012, 4 183 pessoas foram enviadas para campos localizados em Manus e Nauru (este número não incluiu as crianças nascidas dentro dos estabelecimentos), sem qualquer hipótese de virem a ser acolhidas na Austrália. A 19 de julho de 2013 foi implemen-

tada pelo governo uma política segundo a qual não será permitida a entrada de qualquer destes indivíduos, mesmo que mais tarde sejam reconhecidos como refugiados. Assim, a Austrália alcança o seu objectivo de possuir um controlo absoluto sobre a entrada de pessoas no país.

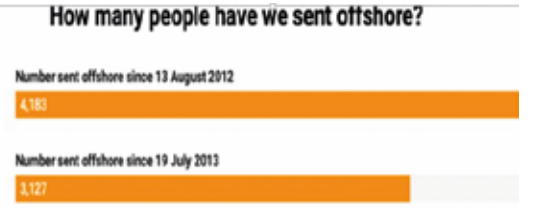
A Austrália possui uma série de campos de detenção que permanecem em funcionamento, tendo outros, entretanto, sido encerrados. Estas instalações são usadas para abrigar migrantes detidos ao abrigo da "Pacific Solution" e da "Operation Sovereign Borders". Desde os anos 80, têm sido enviados refugiados e pessoas em exílio para um total de 24 campos.

Porém, irei analisar detalhadamente apenas aqueles que, recentemente, têm sido alvo de maior atenção mediática, designadamente os campos na Ilha Manus (Papua Nova Guiné) e na Ilha Nauru (República de Nauru).

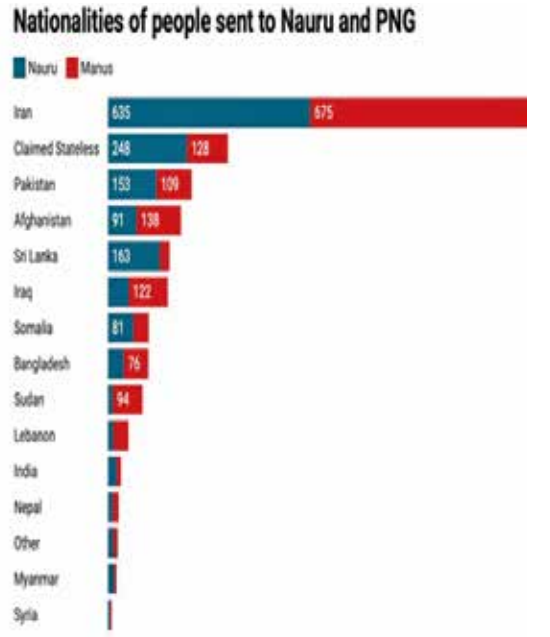
NOS CAMPOS DE DETENÇÃO

A Ilha Manus, com mais de 50 mil habitantes, segundo o censo de 2011, faz parte do território da Papua Nova Guiné. O seu campo de detenção situa-se numa base militar australiana, abrigando apenas homens, e esteve em funcionamento entre 2001 e 2004. Em 2012, reabriu, por ordem da primeira-ministra Julia Gillard, depois do aumento de refugiados e de solicitantes de asilo, tendo sido encerrado em 2017 em resultado de uma forte pressão social sobre a Austrália.

O campo situado em Nauru, que abriga mulheres, famílias e crianças, mantém-se operacional. Esteve aberto entre 2001 e 2008 e reabriu em 2012. Desde 2001, Nauru aceitou o apoio do governo australiano para, em troca, acolher este centro de detenção que é parte da sua "Solução Pacífica". Como resultado da forte de-



Número de pessoas que a Austrália transferiu para Nauru e Papua Nova Guinés em duas fases diferentes



Nacionalidade das pessoas enviadas para Manus e Nauru entre 19 de Julho de 2013 e 27 de Fevereiro de 2017

pendência da Austrália, algumas fontes identificaram Nauru como o seu estado cliente.
Este processo offshore utilizado pelo governo australiano assemelha-se ao processo utilizado pelos Estados Unidos relativamente ao Campo de Detenção da Baía de Guantánamo, em Cuba. A estratégia parece ser a de evitar acolher "fisicamente" os detidos em território australiano e assim escapar a conflitos com a comunidade internacional relativamente ao estatuto de refugiado.
A primeira vez que tomei conhecimento deste fenómeno foi por uma notícia que li há cerca de dois anos, de que até hoje não esqueci, sobre um jornalista iraniano que escreveu um livro com recurso à aplicação WhatsApp enquanto esteve preso no campo de detenção da Ilha de Manus.
O seu livro descreve o estilo de vida no campo e as barbaridades a que as pessoas estão sujeitas. Com o domínio da palavra, tornou-se um porta-voz contra as atrocidades praticadas naqueles chamados, "campos de detenção". Chama-se Behrouz Boochanie, além de jornalista, é também escritor e produtor de filmes.
Em 2013, devido à perseguição que foi alvo no Irão e por temer perder o direito à liberdade, e talvez, também, o direito à vida, procurou abrigo na Austrália. Passou mais de um mês a viajar, secretamente, em comboios e autocarros e, por fim, em barcos. Durante a jornada um barco naufragou tendo sido resgatado por pescadores da Indonésia, mas acabou por ser preso. Behrouz pediu asilo ao governo australiano, sendo transferido primeiramente para a Ilha de Natal e depois para o centro de detenção na Ilha de Manus.

PARA OS POLÍTICOS, ESTAS PESSOAS SÃO APENAS NÚMEROS

Durante os anos em que ali esteve encarcerado escrevia, registando no telemóvel todos os pensamentos sobre a situação pessoal e a do mundo que o rodeava, enviando depois os conteúdos via internet (sempre que a conseguia) sem que os guardas descobrissem, uma vez que tinham controlo total sobre os pertences dele. O resultado foi um profundo e poderoso manifesto político-poético.
Segundo a crítica, o seu livro é uma carta, uma mensagem humanitária extremamente chocante pelo conteúdo e, ao mesmo tempo, admirável pela clareza e beleza da escrita. Neste momento Behrouz vive na Nova Zelândia, estando proibido de entrar na Austrália. O seu trabalho tem tido um amplo reconhecimento.
Numa entrevista à BBC, em 2019, disse: "I didn't want to go to prison in Iran so I left and when I got to Australia they put me in this prison for years,". ["Eu não queria ir para a prisão no Irão e fugi e, quando cheguei à Austrália, puseram-me na prisão durante anos"] Nesta afirmação exterioriza a frustração por ter fugido do seu país em busca de liberdade e ter visto ser-lhe retirado esse direito.
"No meio das noites escuras, eu grito para

OS PROTESTOS COMO FORMA DE REVOLTA SÃO CADA VEZ MAIS FREQUENTES

além das cercas metálicas e ásperas. Cercado por agonia e tortura, eu grito ao lado dos pássaros tropicais, a milhares de quilómetros de distância das pessoas do mundo, no coração de uma ilha remota localizada num canto do mais vasto oceano. Em nome da humanidade e da liberdade, eu grito; em nome de todos os valores, valores que ligam a dignidade humana à paz. Eu grito um grito do inferno onde as pessoas são torturadas e sistematicamente humilhadas. Um grito com a qualidade daquelas delicadas ambições que lembram flores frágeis, mesmo quando as pétalas são arrancadas cruelmente, e um grito com a qualidade de um coração que está a ser esmagado sob as botas de aço dos políticos. Eis aqui a infernal prisão de Manus."

Estas palavras de Behrouz Boochani escritas no livro *A letter from Manus Island*, [Uma carta da Ilha de Manus] publicado em 2018, revelam a frustração e a angústia por estar preso indefinidamente e sem culpa formada. Para os políticos, estas pessoas são apenas números, "meros refugiados". Por isso, Behrouz "grita" em nome da liberdade e da humanidade. As suas palavras chamaram a atenção de muitas pessoas em todo mundo, principalmente dos jornalistas que rapidamente começaram a divulgar a situação, o que fez com que eu tomasse conhecimento desta história pelo portal da TSF.

"We are human, we exist and we are suffering" [Somos humanos, existimos e estamos a sofrer] foram as palavras utilizadas por Behrouz durante uma palestra num evento TEDx, organização americana onde são partilhadas diferentes histórias e ideias.

PODER DA IMAGEM

Behrouz Boochani não só escreveu livros nos campos como também realizou um filme clandestino sobre o campo da Ilha Manus, utilizando um telemóvel obtido com a troca de alguns pertences. No filme *Chauka, please tell us the time* [Chauka, diz-me por favor que horas são?], estreado em 2018, Behrouz esforça-se por reunir informações para uma jornalista australiana que visita a ilha e deseja publicar um artigo sobre o centro de detenção. O foco de investigação é uma cela de confinamento solitária chamada Chauka, que funciona como uma prisão dentro da prisão. Durante as filmagens, alguns dos detidos falam com o jornalista refugiado sobre as suas experiências horríveis no campo - especialmente em Chauka. Enquanto isso, a jornalista australiana analisa a reação dos locais à escolha do nome atribuído à prisão. Chauka é o nome de um pássaro que só pode ser encontrado na Ilha Manus, e é o símbolo da ilha e da sua bandeira. Este filme é uma representação do que significa a vida dentro do acampamento, como é governado, os jogos políticos entre a Austrália e a Papua-Nova Guiné, a maneira como os Ma-

Direitos reservados

Criança refugiada no campo de detenção na ilha de Nauru

nusianos são tratados pelos australianos e o que os locais pensam sobre a existência do campo na sua ilha.

Para recolher o máximo de informação sobre este tema, aluguei o filme na plataforma Vimeo. Foi muito interessante ter acesso a imagens reais dos prisioneiros e ver como nem conseguem explicar porque se encontram aprisionados. Foi também interessante observar como estabelecem contacto com as famílias e como uma vez por semana têm direito a utilizar o telefone fixo durante dois minutos. Relativamente à população de Manus, também se percebe que a grande maioria desconhece a situação dos refugiados e que apenas uma minoria ouviu falar de maus tratos. Os detidos, note-se, encontram-se numa base militar estrangeira, longe dos olhares do mundo exterior.

VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Mas a questão mantém-se: serão "campos de detenção", como a Austrália os designa, ou serão "campos de concentração"? No artigo *Os nossos centros de detenção são campos de concentração e devem ser fechados*, publicado no jornal australiano *The Sydney Morning Herald,* criado em 1831, afirma-se que os campos em Manus e Nauru há muito que deixaram de ser meros centros de detenção e que passaram a ser campos de concentração! Ao criarem estes campos situados offshore, a norte e longe do continente australiano, cercados por guardas e arame farpado, ao conceberem tudo em segredo, proibindo os funcionários e equipas médicas de falar sobre as condições nos campos ou de denunciar os abusos físicos e sexuais que são reportados, ao tornarem quase impossível a visita de advogados ou de jornalistas aos centros, ao assassinarem aqueles que tentam fugir, parece ser claro que trata de campos de concentração. Naqueles campos, durante a maior parte do tempo, não há eletricidade, o calor tropical extremo provoca desidratações, a água potável é escassa, a comida servida em péssimas condições, com insectos e dentes humanos encontrados pelos "prisioneiros", as intoxicações alimentares são comuns, as doenças recorrentes devido à falta de saneamento, os jovens sem acesso à educa-

Manifestações para exigir o encerramento dos campos de detenção

Direitos reservados

ção, sendo este um dos direitos fundamentais daquela faixa etária, e a sistemática ocorrência de abusos físicos e sexuais perpetrados pelos guardas. Defensores dos refugiados reportaram que as mulheres no centro de Nauru são regularmente obrigadas a despir-se e a trocar favores sexuais com os guardas para ter acesso aos chuveiros. As crianças terão sido vítimas do mesmo tipo de abusos. As forças políticas da oposição ao governo já pediram uma investigação.

Este estilo de vida tão duro afeta as pessoas. A maioria sofre de depressão, ansiedade e stress pós-traumático. Segundo o relatório da Amnistia Internacional, a automutilação generalizou-se. A cada dois dias, um solicitante de asilo nos campos de detenção nas ilhas de Manus e Nauru provoca ferimentos no próprio corpo, segundo um relatório da Fairfax Media divulgado em janeiro. Os protestos como forma de revolta são cada vez mais frequentes, envolvendo violência. No campo de Manus, em 2015, cerca de 700 detidos iniciaram uma greve de fome, 14 delas coseram os seus próprios lábios e alguns engoliram lâminas de barbear. Um dos detidos afirmou que as pessoas do centro estão prontas para morrer. E que, em caso de morte, os seus órgãos sejam doados à população australiana para que "uma parte de nós possa sentir o gosto da liberdade". Morreram mais pessoas dentro do campo de Manus do que as que foram reinseridas na Papua Nova Guiné. Em Nauru, um homem de 23 anos pegou fogo ao próprio corpo durante uma visita de rotina ao campo de uma delegação do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. O ministro australiano confirmou "outros incidentes" da mesma natureza e sublinhou que todas as pessoas voltam a Nauru depois de serem tratadas num hospital na Austrália. Tanto em Nauru como em Manus estes incidentes tornaram-se frequentes o que levou a Amnistia Internacional a lutar, com petições, pelo encerramento dos campos.

A REVOLTA

Uma última questão: como reagiu o mundo a este fenómeno e que medidas foram tomadas para acabar com ele?

ALGUNS ESCOLHEM A MORTE COMO FORMA DE LIBERTAÇÃO

Parte da população australiana começou a revoltar-se com o aumento de queixas por causa das péssimas condições dos campos, dos protestos e das tentativas de suicídio. Várias pessoas saíram às ruas e manifestaram-se contra o governo e o seu processo offshore. Alguns partidos da oposição começaram a pugnar pelo fecho dos campos e pela retirada imediata das crianças.

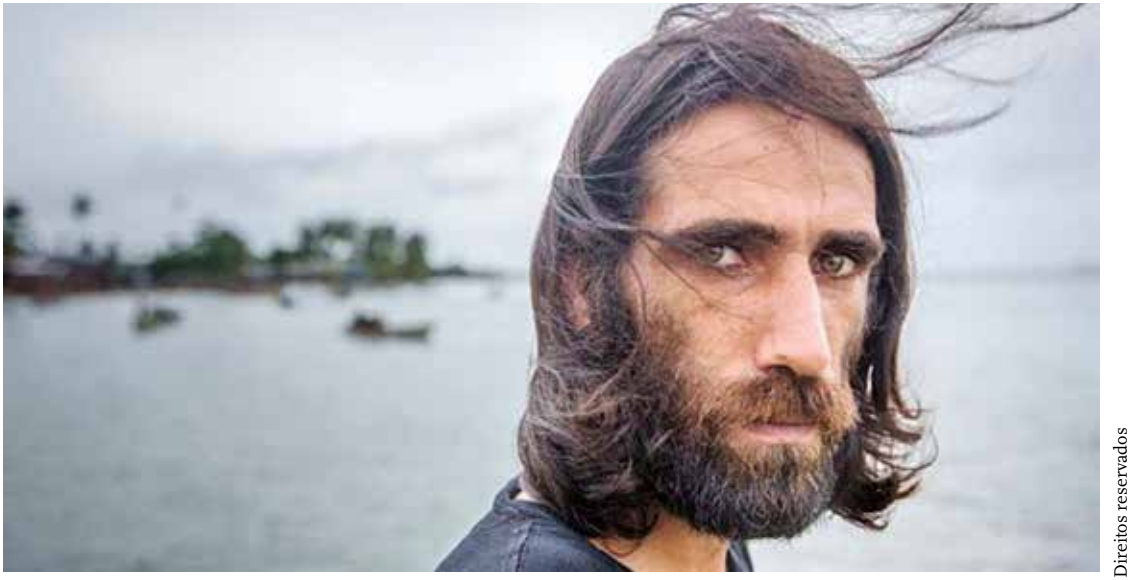
À escala planetária várias organizações condenaram repetidamente o regime offshore da Austrália e apelaram ao governo para que encerrasse os campos. A Organização das Nações Unidas realizou várias visitas de rotina para inspecionar os campos, as suas condições e os seus prisioneiros, incluindo o alto-comissário da ONU para os direitos humanos e o alto-comissário da ONU para os refugiados, como muitas outras organizações e partidos políticos.

Em resultado de toda esta pressão, em abril de 2016 o Supremo Tribunal da Papua Nova Guiné declarou ilegal a detenção de refugiados em Manus, considerando-a uma violação dos direitos humanos. Cinco meses depois, os governos da Papua Nova Guiné (PNG) e da Austrália apresentaram planos para o encerramento do campo, sem fixarem um prazo. No início de 2017, partes do campo foram encerradas, vários complexos foram demolidos e os refugiados foram informados de que deveriam preparar-se para serem recolocados em diferentes comunidades. No entanto, isso abrangeu apenas os que receberam asilo. Uma parte dos refugiados mudou-se para PNG, outra para a Nova Zelândia e outra para os EUA. Porém, muitos ainda se encontram na Ilha Manus e recusam-se a sair pois temem não se adaptar à comunidade local na PNG. Recentemente, a eletricidade e a água foram cortadas para forçá-los a sair. Segundo a Amnistia Internacional, "o governo australiano quer que esqueçamos os homens de Manus. Têm feito tudo o que podem para suprimir a verdade, mas estes homens corajosos continuam a falar. São responsabilidade da Austrália e o que lhes acontece continua a ser uma vergonha para a Austrália", e por isso a luta continua.

Relativamente ao campo na Ilha Nauru, a pressão para que fosse encerrado foi idêntica à que foi feita para o campo de Manus. Contudo, este continua ainda operacional. Mas, as crianças puderam ser transferidas para outros estabelecimentos para receber cuidados de saúde.

CONCLUSÃO

Decidi focar o meu trabalho neste conflito pois apercebi-me de que genericamente as pessoas o desconhecem. Em conversa com os meus pais e avós, que seguem muito a política internacional, eles disseram-me que não tinham lido qualquer tipo de notícia sobre este acontecimento e escusado será dizer que os meus amigos e colegas também não. Nem eu própria se não tivesse sido alertada pela notícia da TSF sobre Behrouz Boochani e o seu livro escrito com recurso ao



Direitos reservados

Behrouz Boochani, jornalista Iraniano que esteve preso na Ilha de Manus durante seis anos

WhatsApp. Ao realizar este trabalho, chocou-me principalmente a forma como o governo australiano abordou esta questão e custou-me muito perceber que se trata de algo muito mais complexo e cruel do que eu imaginava.

Na minha opinião, toda esta questão dos refugiados e da sua inserção na sociedade é extremamente complicada. Porém, discordo do processo utilizado pela Austrália que consiste em enviar pessoas inocentes em busca de uma vida melhor para um campo onde acabam por sofrer tanto que alguns escolhem a morte como forma de libertação. A meu ver, o que se passa é absolutamente desumano e revela uma grande falta de empatia por parte do governo australiano. O meu pai já viajou pela Austrália e chamou-me à atenção para o facto de que todo o continente europeu "cabe dentro da Austrália", e que os australianos são apenas 25 milhões para um território tão vasto (a Europa que tem num território parecido conta 746 milhões habitantes). Apesar deste facto, preferem desprezar a existência destas pessoas ao invés de as acolherem.

Porém, foi gratificante aperceber-me do impacto que as organizações mundiais tiveram sobre esta questão, uma vez que foi pela sua luta e insistência que o campo em Manus foi finalmente encerrado e que as crianças em Nauru foram retiradas. Mesmo assim, custou-me perceber que foram precisos seis anos para isso acontecer, durante os quais mulheres foram violadas, crianças perderam a oportunidade de desfrutarem da sua infância e de obter educação, homens foram mortos e torturados, e que tanto a fonte do problema como os seus efeitos colaterais estão longe de estarem totalmente resolvidos.

PUBLICIDADE

SERIGRAFIA DE JÚLIO POMAR

Com a serigrafia do Burro a Cantar Fado quis Júlio Pomar homenagear a gesta de Abril quando estavam cumpridos 40 anos sobre a "madrugada inteira e limpa". O quadro original do génio criador foi reproduzido numa edição de 200 exemplares devidamente numerados. As cópias ainda disponíveis podem ser adquiridas na sede da A25A.
Os interessados devem solicitar a reserva através de correio electrónico para secretaria@a25abril.pt ou pelo telefone 21 324 14 20.

Em suma, o problema persiste! A grande maioria dos campos de detenção continua aberto e penso que caberá à imprensa e à opinião pública mundial pressionarem para que seja posto fim a esta situação. Campos de detenção como os da Austrália, como Guantánamo, e como provavelmente outros que desconheço, continuam abertos. O que significa que enquanto eu estou a fazer este trabalho estão pessoas a sofrer, pessoas essas que não são migrantes ilegais, mas que procuram fugir de situações de guerra e de perseguições políticas.
Em pleno século XXI, a Austrália, com o tamanho de um continente e uma população tão reduzida, que procura jovens licenciados em todo o mundo para que vão para lá viver, trabalhar e constituir família, tem uma política governamental em que não aceita um único refugiado?
Com os meus jovens 18 anos, talvez me falte a maturidade suficiente para perceber o porquê...

*Aluna do 12º ano da Escola Secundária de Camões, turma K. Este trabalho insere-se no âmbito da disciplina de Geografia C, lecionada pela professora Lurdes Bártolo, no ano letivo de 2020/2021

A AUTORA

O meu nome é Maria Inês Canavilhas, tenho 18 anos e sou aluna do 12º ano no Liceu Camões.
Depois de ter vivido um ano sozinha na Dinamarca, regressei a Portugal com um espírito crítico mais apurado e mais determinada a estar a par do que se passa no mundo. Quando me foi atribuído um trabalho na cadeira de Geografia C, em que deveria abordar um conflito da atualidade, percebi que teria de usar a minha voz e dar a conhecer um acontecimento que tem sido silenciado nos últimos anos. Decidi então abordar os campos de concentração australianos que se encontram instalados longe daquele enorme país no Oceano Pacífico. A escolha foi bastante evidente, uma vez que há cerca de dois anos tinha lido uma breve notícia sobre a sua existência e que ficou registada na minha memória pelo seu conteúdo chocante.

Sebastião

Direitos reservados

"Ouvi, então, o som de muitas vozes humanas! Depois, soaram trombetas, canções! Em vez de troncos a arder, sobre mim caíram cravos, cravos rubros, muito rubros; e um braço ergueu-me, salvando-me da fogueira". Este texto ficcional é uma alegoria literária que mergulha no tempo de tantas torturas para enaltecer a liberdade conquistada no 25 de Abril

EU ESTAVA LIVRE! LIVRE, MAS NAS GARRAS DA INQUISIÇÃO

VERÍSSIMO DIAS

ERA O ANO DE 1572.
Na branca cidade do Sul, por cima do Pelourinho do Giraldo, escancarava-se uma gaiola, dentro da qual, eu, ateu, aguardava a execução de imerecida sentença. Nada de mal ou errado fizera.
Nos ouvidos zumbia-me ainda a gutural voz dos inquisidores de Évora: — Que o herege pela Bula morra, *cum ad nihil magis*
— Que a tua alma pagã arda para sempre no Hades!
Desde que me içaram para a gaiola, no alto, não abrira os olhos. Fi-lo, então, para tentar perceber como se cumpriria o mandato da Inquisição. Mesmo de braços amarrados, revirei-me com esforço na jaula, olhei para baixo, percebi tudo ao ver 13 arqueiros afiando setas.
Acorreram-me à memória mil vagos rumores sobre os horrores da Inquisição em Évora: fogueiras, calabouços, pedradas, tocas de serpentes. Comigo seria diferente, mas conhecia suficientemente bem o carácter dos meus algozes para não duvidar de que o resultado seria o mesmo.
Banhado em suor, tive uma ideia. Quando o meu peito estava já na mira dos arqueiros, tracei um plano: as setas partiram, contei mentalmente até dois, dei um tremendo balanço à gaiola, como que fazendo o pino no ar. E resultou, meu Deus! Em vez de se me cravarem no coração, as setas trespassaram a corda que sujeitava a gaiola.
Abençoei mil vezes o monte de palha que alguém deixara no chão: protegeu-me da queda, evitando o esmagamento na calçada. Depois corri, corri loucamente, perseguido pela canzoada da Inquisição. Saltei, nadei, voei. Muros, rios, arames. Horas, dias, semanas.
Se fosse apanhado, sabia que a Inquisição mandaria que me torturassem. Talvez me rapassem o cabelo; e submeter-me-iam à estátua, talvez ao pêndulo, ou ao afogamento simulado, quiçá ao berço de judas, ou à gota de angústia, ao potro, à roda, talvez aos tratos graduados da polé, às tenazes ardentes, ao chicote de ferro. Nem queria pensar, tinha apenas de fugir. E fugi, fugi. De tanto fugir, sem me aperceber, acho que retornei à Praça.

O POÇO ERA FUNDO

Acordei no fundo de um poço, onde tombara, à esquerda do Pelourinho. Rodeado de escuridão, tinha ainda os braços amarrados. O chão era húmido, escorregadio. Cambaleante, dei alguns passos, depois tropecei em mim mesmo, caí. Olhei para cima, percebi tudo: escapara às setas, escapara aos cães, mas agora descia sobre mim a rosca de um saca-rolhas gigante.
Porque o poço era fundo, porque a espiral de aço descia lentamente, o sono apoderou-se de mim. Davam-me os deuses tempo para descan-

sar, para pensar, para me interrogar. Escondida no Tempo, teria a morte para me revelar mais segredos do que a vida?
Ao acordar, verifiquei que o bico metálico descera dois metros. Em doze horas, eu estaria a ser perfurado. Já não me era possível alimentar qualquer dúvida quanto à sorte que me reservara o novo engenho monacal de tortura. Os algozes sabiam que escapara às setas, aos cães; mas o meu destino era agora o poço, sim o poço, esse imago do inferno, Última Tule nas punições da Inquisição.
Centímetro a centímetro, aos poucos, o bico descia, descia, descia. Rezei — cansando os deuses com preces do Sul — para que a descida do saca-rolhas fosse mais rápida.
Tomado de insânia, inquieta, súbita, tentei erguer o corpo, ir ao encontro do aguilhão. Depois fiquei calmo, como um poeta diante do mar tranquilo. Nesse sossego, percebi que não estava só: centenas de ratazanas partilhavam comigo o poço.
No meio do desespero, tive uma ideia. Dela me renasceu a Esperança: mordi a língua, cuspi o sangue para a corda que me sujeitava os pulsos, e estendi-os aos ratos. Quase enlouqueci de dor, devido às dentadas, mas não me enganei: para além de boa parte dos pulsos, os ratos roeram também a corda.
Eu estava livre! Livre, mas nas garras da Inquisição.
Como uma minhoca, enrolei-me para cima, pela rosca, com uma velocidade incrível. Atingido o topo, saltei, julgando cair na calçada do Giraldo para, de novo, correr, correr, correr.

EM VEZ DE TRONCOS A ARDER, SOBRE MIM CAÍRAM CRAVOS, CRAVOS RUBROS, MUITO RUBROS

Puro engano. Caí no poço do lado. Fugindo da Morte, parece que a perseguia.
A vingança da Inquisição seria agora exacerbada porque eu a frustrara três vezes — não me seria permitido zombar dela nunca mais! Na nova cela, muito mais pequena, olhei para o alto; os algozes preparavam-se para despejar sobre mim troncos a arder. "Qualquer morte, menos a do fogo!" — pensei, chorei.
Insensato! Agnóstico! Como não pude compreender que devia ter deixado de resistir antes! Suportaria eu agora as chamas? Mesmo que sim, o que viria depois? A Inquisição jamais perdoava.
Recuei, mas o meu corpo deixara já de lutar...
Ouvi, então, o som de muitas vozes humanas! Depois, soaram trombetas, canções! Em vez de troncos a arder, sobre mim caíram cravos, cravos rubros, muito rubros; e um braço ergueu-me, salvando-me da fogueira.
Acho que era Dom Sebastião! De Alcácer Quibir, pelo Sul, voltava à Pátria...
Era o mês de Abril!

Em memória de Vasco Gonçalves

Direitos reservados

Vasco Gonçalves soube sempre entender que o que o unia aos seus camaradas de Abril era muito superior ao que os dividira. Homenagem na Voz do Operário

General está a ser homenageado no centenário do seu nascimento com várias iniciativas por todo o país

AS COMEMORAÇÕES DO NASCIMENTO de Vasco Gonçalves, em 3 de Maio de 1921, estão a ser promovidas pela Associação Conquistas da Revolução (ACR), criada há dez anos para "preservar, divulgar e promover o apoio dos cidadãos aos valores e ideais da Revolução", o "momento mais luminoso da História de Portugal".

No passado dia 9 de Maio, na Voz do Operário,

em Lisboa, realizou-se uma sessão comemorativa, que incluiu um espetáculo musical e as intervenções de Manuel Begonha, da assembleia geral da associação (ver texto na integra neste número da revista), e de Batista Alves, presidente da direção da ACR, sobre Vasco Gonçalves.
Mas, foram muitas as iniciativas de reconhecimento e de homenagem ao general falecido em 2005, aos 83 anos, nomeadamente:

- A medalha comemorativa da autoria de Acácio Carvalho;
- Um cartaz comemorativo sobre fotografia de Alfredo Cunha, trabalho do escultor José Santa-Bárbara;
- Publicação de uma Folha Informativa, especial, dedicada ao Centenário, com textos de personalidades ligadas às áreas de intervenção mais representativas da ação do General - trabalho coordenado por Modesto Navarro que, pela importância e qualidade das participações e pelo acolhimento que tem merecido, está disponível para quem estiver interessado;
- Publicação de uma brochura intitulada "Quem foi Vasco Gonçalves", com textos de Manuel Begonha e de Miguel Urbano Rodrigues;
- Foi criada uma exposição fotográfica, em suporte adequado, coordenada por Manuel Begonha, com vista ao apoio de intervenções nas escolas, associações e autarquias e outras iniciativas locais de comemoração do centenário, para as quais seja pedida a colaboração da ACR;

FORAM MUITAS AS INICIATIVAS DE RECONHECIMENTO E DE HOMENAGEM AO GENERAL FALECIDO EM 2005

- Publicação do livro "Vasco Goncalves-essa gente é o que é eu sou um homem do MFA", da autoria do professor Avelãs Nunes;
- Concerto em Gaia, no Cine-Teatro Eduardo Brazão, em 23 de Abril, organizado pelo Núcleo ACR do Porto;
- Colóquio "Vasco Gonçalves - a obra e o homem", em 24 de Abril, no Salão Nobre da Câmara de Matosinhos, organizado pelo Núcleo do Porto com apoio da Câmara Municipal de Matosinhos;
- Inauguração, a 3 de Maio, da placa toponímica na Rua General Vasco Gonçalves, no Lumiar, cerimónia que contou com a presença da vereadora da cultura da Câmara Municipal de Lisboa, do presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, família do general e da ACR, enquanto entidade dinamizadora desse evento na data em que se completaram os 100 anos do nascimento;
- Sessão-convívio na sede da ACR, em 3 de Maio, assinalando a data do nascimento do general Vasco Gonçalves com a inauguração da exposição.

Outras iniciativas estão previstas, umas promovidas por autarquias, outros por núcleos da ACR, em Loures, Silves, Viana do Castelo, por

Direitos reservados

iniciativa do núcleo ACR; no Porto, em Outubro, exposição com apresentação do nº 3 dos cadernos de Abril, iniciativa do Núcleo do Porto; em Setúbal; em Angra do Heroísmo; em Lisboa haverá também um colóquio sobre a "Vida e Obra do General."

A Associação 25 de Abril associou-se às comemorações do centenário e, no próprio dia 3 de Maio, emitiu um comunicado em que se sublinha:

"Defensor da unidade de acção, nem o facto de o projecto a que deu tudo de si se não ter concretizado, perseguido e ostracizado, Vasco Gonçalves soube sempre entender que o que o unia aos seus camaradas de Abril era muito superior ao que os dividira. Por isso, possuidor de uma enorme honestidade, onde o Servir se sobrepôs sempre ao Servir-se, a que juntava uma natural humildade, Vasco Gonçalves seria um dos sócios fundadores da Associação 25 de Abril, projecto colectivo que procura consolidar os valores que há 48 anos nos aglutinou e nos levou à maravilhosa epopeia libertadora.

Sempre militante, foi com naturalidade que, após o seu falecimento, a sua, a nossa Associação 25 de Abril o distinguiu e lhe concedeu a categoria de Sócio de Honra.

Neste centenário do seu nascimento, saudamos o camarada Capitão de Abril, saudamos o Homem, com um grande abraço amigo e de Abril!"

Direitos reservados

Amigos juntaram-se na Voz do Operário para homenagear o general Vasco Gonçalves

Homem isento e íntegro

Discurso proferido no dia 9 de Maio, na associação Voz do Operário, no bairro da Graça, onde nasceu Vasco Gonçalves

MANUEL BEGONHA*

ESTAMOS A COMEMORAR o centenário do nascimento do general Vasco Gonçalves.

Este general de quem vamos a seguir ouvir falar, soube mobilizar e ganhar a confiança de um povo, porque não sendo um homem providencial, era excepcional, na sua forma de se exprimir, na sua postura, na sua simplicidade.

E a honestidade combinava nele bem como a firmeza de carácter.

Vasco Gonçalves era um homem de Lisboa, nascido no bairro da Graça.

Debaixo de uma capa de timidez, era capaz de transformar certas assembleias do MFA, que se arrastavam em discussões em que não parecia haver consensos, num verdadeiro incêndio. Tomava a palavra, empolgava-nos a todos e os problemas resolviam-se sem ressentimentos da parte de ninguém, tal era a autenticidade e a luminosidades da sua oratória.

E isto aconteceu em muitas das intervenções públicas que realizou.

Tem portanto razão Alice Vieira, um dos muitos poetas que Vasco Gonçalves inspirou, que nas frases finais de um seu belo texto/poema, tão bem o caracterizou: "Punha os óculos, tirava do bolso o papel do discurso que tinha feito, começava a ler. Por alguns minutos. Porque logo de seguida o víamos a guardar o discurso, a tirar os óculos e a falar como só ele sabia. E tudo, tudo ardia."

Na verdade, Vasco Gonçalves não se deixava iludir pelos sonhos. O futuro que queria para

Direitos reservados

Portugal, era fundamentado numa reflexão profunda e num vasto conhecimento político e social.
Sempre manifestou interesse em conhecer revolucionários e intelectuais que de algum modo tivesse sido relevantes em acontecimentos históricos.
Recebeu muitos deles em sua casa, pois era muito respeitado e admirado. Parecia que na sua permuta de opiniões queria confirmar as suas convicções.
Gostava de discutir o que lia e induzir nos outros um pensamento criativo.
Partilhava com muita gente o que escrevia não porque se sentisse inseguro, mas porque gostava de ouvir a opinião dos outros e também dos mais jovens, fazendo-nos acreditar que prezava as nossas intervenções, porque sabia quanto devia aos seus mestres.
Era reconhecido nacional e internacionalmente como um revolucionário ligado à cultura e ao humanismo.
Tal como José Martí, acreditava que um povo deveria "ser culto para ser mais livre" e apoiou as campanhas de dinamização cultural do MFA.
Numa intervenção no Sabugo disse:
"Nós não vimos aqui com intuitos paternalistas. Não vimos trazer-vos a verdade e a solução dos vossos problemas. Vimos aqui aprender convosco. É no contacto directo com as populações que as F. A. avaliam das suas necessidades concretas."
Como homem isento e íntegro que era, lutou com determinação para criar algo diferente e motivar o país para a mudança.

Contudo, nunca julgando que o Homem se modificasse ou que a Revolução se consolidaria com as palavras e sem os actos, que seria o mesmo que conseguir uma vitória sem batalha.
Foi mordido com uma crueldade inusitada, pelo despeito, intolerância, hipocrisia e traição. Mas não vacilou, nem perdeu a dignidade.
Perante tais afrontas limitou-se a dizer:
"Essa gente é o que é; eu sou um homem do MFA"
E adiante
"Para mim moral e política vão de par, não se podem dissociar."
Dedicou-se a erradicar o elevado grau de pobreza, de ignorância e de injustiça existente no país, demonstrando um alto sentido de governação e dedicação ao povo, defendendo sempre a soberania nacional.
No estrangeiro, em representação de Portugal, insistiu sempre em discursar em Português.
Perante políticos que lhe eram adversos nunca se intimidou e defendeu com pundonor a revolução portuguesa. Gerald Ford, presidente dos EUA, considerou-o um interlocutor difícil.
Henry Kissinger, que não o apreciava especialmente, temia-o por saber que Vasco Gonçalves seria capaz de levar o país por uma via de transição para o Socialismo, por ser amado e respeitado pelo povo.
Esteve na Guerra Colonial e nas suas comissões de serviço, protegeu sempre os seus subordinados, mesmo em situações em que sabia que eram perseguidos pela PIDE.
Valorizava os seus soldados como irmãos de armas e no comando direto nunca perdeu a responsabilidade, nem permitiu que os que lhe obedeciam esquecessem a dignidade.
Queria trazê-los vivos para casa.
Com o Povo e o MFA unidos, foi o grande impulsionador e o símbolo da Revolução nos quatro governos provisórios a que presidiu.
Se hoje temos uma Constituição progressista, em grande parte a ele o devemos.
Lutou em muitas frentes, tendo sido desinteressadamente valioso para todos nós.
Não quero deixar de referir Aida Gonçalves, sua mulher, que sempre esteva seu lado, ajudando-o e incentivando-o.
Foi também, pelo seu exemplo, um valioso contributo para emancipação e conquista de direitos das mulheres em Portugal.
Agora que estou quase a terminar, devo recordar que Vasco Gonçalves nunca admitiu que a luta de classes pudesse evoluir para que um grupo de eleitos acedesse a um nível tal de bem estar que lhes permitiria viver sem má consciência.
Diz-se que não há homens insubstituíveis. Talvez.
Mas existem alguns que nos inspiram para seguir a seu lado e afirmar como Abraham Lincoln:
"Cabe-nos a nós os vivos, comprometer-nos a levar a cabo a obra inacabada de quem lutou e que com tanta nobreza a fez avançar."
Viva Vasco Gonçalves.

*Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação Conquistas da Revolução (ACR)

45 anos DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA

Ao longo dos seus 45 anos de existência, a Constituição da República Portuguesa tem cumprido bem o papel que os Constituintes lhes reservaram

VASCO LOURENÇO

FOI HÁ 45 ANOS – dia 2 de Abril de 1976 – que a Assembleia Constituinte aprovou por esmagadora maioria a Constituição da República. Apesar das várias revisões que a vêm desvirtuando, esta continua a ser a maior das conquistas do 25 de Abril. Objectivo principal do 25 de Abril, sempre com a Liberdade como pano de fundo, a Democracia seria o farol que guiaria os Capitães de Abril na prossecução dos valores que os haviam levado a tudo arriscarem e os lançara na extraordinária epopeia colectiva da libertação de Portugal e dos seus cidadãos.

Se encontrar uma solução para o problema colonial e a injusta guerra que nos consumia há treze anos foi a causa maior dessa epopeia, cedo se compreendeu que isso só seria alcançável de forma justa, correcta e duradoura se se atingisse um Estado Democrático no nosso País. Por isso, o MFA teve a preocupação de incluir no seu Programa, apresentado aos portugueses e ao mundo no próprio dia 25 de Abril, a realização de eleições livres para uma Assembleia Constituinte no prazo de um ano. Mesmo enfrentando diversas tentativas de inviabilização desse objectivo, o MFA não hesitou perante as acções espúrias de alguns dos seus membros. Impondo – pode afirmar-se contra tudo e contra todos – a realização, no prazo estabelecido, das eleições constituintes prometidas. No dia 25 de Abril de 1975, realizaram-se as eleições mais livres e mais participadas que alguma vez se fizeram em Portugal.

Nós, MFA, que a vivemos, nós que a liderámos, sabemos bem quão homérica foi a tarefa da organização das eleições, onde a participação popular foi de extraordinária importância,

nomeadamente no recenseamento (de um universo de um milhão e meio de eleitores, na farsa eleitoral de Outubro de 1973, ultrapassou-se o universo dos seis milhões e duzentos mil, nas eleições de Abril de 1975), no enorme entusiasmo que levou às urnas 98,60% dos eleitores recenseados (com 91,66% de votos válidos e 6,94% de nulos). Por isso, o MFA, quando tal se tornou inultrapassável, voltou a conseguir impor as condições indispensáveis ao trabalho dos constituintes. Sentimo-nos realizados quando, no dia 2 de Abril de 1976, 96,60% dos constituintes aprovaram a nova Constituição da República.

Ao longo dos seus 45 anos de existência, a Constituição da República Portuguesa tem cumprido bem o papel que os Constituintes lhes reservaram. Resistiu a ataques de toda a natureza, onde a sua desvirtuação tem sido tentada e algo conseguida. Foi, em tempos conturbados, como os de má memória em que tudo o que cheirasse a Abril era para destruir, a tábua de salvação da Democracia e do Estado de Direito. É, pois, com natural orgulho e muita honra que, em nome dos principais responsáveis pela construção de um Portugal livre, em Paz e em Democracia, um Portugal onde os seus cidadãos podem continuar a lutar e a influenciar o destino do País, a Associação 25 de Abril saúda a Constituição da República, na passagem do seu 45.º aniversário.

Honra a todas e a todos os constituintes, paz aos que já partiram, honra à Constituição, com os votos de uma longa vida.

Cordiais saudações de Abril

Escrever a memória

Carlos Pereira Martins

Associação 25 de Abril organizou, na sua sede, um conjunto de actividades relacionadas com as comemorações do 47.º aniversário da Revolução

A25A reuniu escritores para conversarem sobre as conquistas da liberdade

INTEGRADO NO FESTIVAL Internacional de Literatura e Língua Portuguesa, organizado pela Câmara Municipal de Lisboa, a Associação 25 de Abril (A25A) organizou, na sua sede, um conjunto de actividades ainda relacionadas com as comemorações do 47.º aniversário da Revolução.

A 7 de Maio, lançamento do livro *Guerra Colonial*, de Aniceto Afonso & Carlos Matos Gomes (na foto). A apresentação foi feita por Maria Paula Meneses (Centro de Estudos Sociais, da Universidade de Coimbra).

A 8 de Maio realizou-se a iniciativa "Conversas a Dois" ", com várias reflexões: Depois da Liberdade, como escrevemos a Memória? Depois da revolução e da conquista da liberdade, que formas se encontraram de passar ao papel a memória da guerra, das partidas e regressos, das vivências?.

Naquele sábado, entre as 15h e as 16h, o tema foi "Puxar o Fio do Passado", reflectindo-se sobre o regresso aonde nunca se esteve, batalhas e revoluções de antes e de agora, e questionando-se: Escrever é resgatá-las como foram, ou reformulá-las como as vemos? Participaram Lídia Jorge (autora de *Os Memoráveis*) e Manuel Alegre (autor de *Jornada de África*). A conversa foi moderada por Carlos Matos Gomes.

Depois, entre as 18h e as 19 h, seguiu-se o tema "Fixar o testemunho" - Pelo caminho ficam testemunhos, memórias, cartas, fotografias. Recolhê-los, estudá-los, dar-lhes um sentido, é construir a compreensão do passado pelo futuro? Participaram Joana Pontes (autora de *Sinais de Vida, cartas de guerra*) e Maria José Lobo Antunes (autora de *Regressos Quase Perfeitos*). A conversa foi moderada por Joaquim Furtado.

No domingo, 9 de Maio, debateu-se "Ficcionar a Guerra" - Se a guerra é indizível, a melhor forma de a dizer é a ficção? É a ficção que permite dizer tudo sobre a guerra? Participaram Carlos Matos Gomes (autor de *Nó Cego*); João de Melo (autor de *Autópsia de um Mar de Ruínas*). José Romano moderou a conversa.

Rua Coronel Vítor Alves

Quanto gerações da família de Vítor Alves na inauguração toponímica: a mulher, a filha, a neta e a bisneta

Direitos reservados

Por iniciativa do município de Mafra, o Capitão de Abril Victor Alves foi homenageado com a inauguração de uma rua com o nome dele

VASCO LOURENÇO

ALI ME DESLOQUEI, acompanhado do vice-presidente da Direcção Aprigio Ramalho, representando os seus camaradas Capitães de Abril, dado que - para além dos profundos laços de amizade pessoal - a Associação 25 de Abril não podia ficar alheia à homenagem ao seu sócio fundador número 4 e Sócio de Honra.

Foi uma cerimónia simples, que nem a chuva miudinha que fez questão de comparecer conseguiu menorizar.

As presenças, muitas, de amigos e admiradores estabeleceu um ambiente íntimo, muito familiar e emotivo.

Presidida pelo presidente da autarquia, Hélder

António Guerra de Sousa, além dos familiares do Victor Alves - Teresa, Ana Cristina, Maria e Maria Inês, representando quatro gerações - compareceram o ex-CEMGFA Pina Monteiro e o bispo das Forças Armadas, D. Rui Valério,bem como um significativo número de Capitães de Abril, onde se destacavam vários ex-alunos seus. Cabendo a "direcção das operações" ao presidente da Câmara Municipal, foram também convidados a usar da palavra um representante dos Capitães de Abril e um representante dos antigos alunos do homenageado. Honra que me coube a mim e ao Coronel Hélder Neto.

São as duas principais intervenções que ali tiveram lugar - o poema da Ana Cristina, dedicado ao pai, e a intervenção da Teresa Alves, que agradeceu a homenagem prestada ao marido - que aqui publicamos.

Com a sua epopeia colectiva a caminho dos cinquenta anos, os Capitães de Abril ainda vivos são, de vez em quando, surpreendidos com o reconhecimento da sua acção libertadora pelos responsáveis políticos do Portugal de Abril.

Sendo que o máximo por eles ambicionado é indiscutivelmente o reconhecimento do povo português, sendo que a sua máxima ambição é ver consumados no seu país os valores de Abril, a que se entregaram e deram o máximo de si próprios, não deixa de ser gratificante assistir a actos como o que aqui recordamos.

Por nós, por mim, aqui fica um enorme abraço, amicíssimo e de Abril, ao Victor Alves.

POEMA COMEMORATIVO AO PAI

Agradeço a todos
a singela homenagem.
Tenho saudades do meu Pai,
Mal o reconheço no mundo
que deixou para trás.

Constato a bondade da intenção,
Felicito o Presidente e o seu Município,
Porém em lugar da placa comemorativa,
Preferia sinceramente a figura viva.

Ele ser lembrado em pedra
e em placa toponímica,
é um gesto consolador
que me traz alegria e dor.

Neste mundo, sempre tonto e fugaz,
Haja em Mafra um Presidente capaz.
E um povo animado a seguir o ideal
que agora é lavrado e comemorado.

Na Casa dos Corações
Nasceu aquele que havia
de libertar muitas emoções,

Ele que se queixava de nunca
acertar à primeira, quando o fazia
era em forma de lua cheia.

Hoje, ainda ao abrigo do Convento,
Fica para sempre gravada
a acção em que participou
e a todos comoveu e libertou.

Ana Cristina Alves (filha do Vitor Alves)

Construtor de pontes

Direitos reservados

Discurso proferido por Teresa Alves, esposa de Vítor Alves, a 13 de Maio de 2021, dia em que toponímia de Mafra passou a evocar o Capitão de Abril

"NÃO FOI POR ACASO que o primeiro lançamento da biografia intitulada *Vítor Alves: o Homem, o Militar, o Político*, da autoria de Carlos Ademar, ocorreu em Mafra. Foi uma escolha acertada e justa que mereceu toda a minha concordância. Na biografia agrada-me de sobremaneira que Ademar analise as facetas da vida pública do Vítor, sem nunca deixar de subtilmente as relacionar com os seus contornos identitários. E, de entre estes, elege o talento que o Vítor tinha para estabelecer pontes em situações delicadas e as mesmas percorrer de forma discreta e afável, dando até a impressão a quem estava do outro lado da ponte que o mérito lhe pertencia. O Vítor era generoso por natureza e não é igualmente fortuito o facto de, na etapa final da sua vida pública, o seu nome estar ligado a redes cívicas que pugnam pelos direitos humanos.

Onde quer que ele tenha actuado permanece a memória dessa generosidade. Partiu há mais de 10 anos e, ainda hoje, recebo mensagens e telefonemas de soldados e furriéis que com ele privaram na guerra do Ultramar. Comprazem-se em relembrar com saudade o comandante de companhia que sempre se solidarizava em

missões onde todos arriscavam a vida. E não só! Recordam também o sentido de humor e a predisposição lúdica com que lhes amenizava os tempos passados fora do teatro de guerra.
Da abertura ao seu semelhante irradia a integral energia com que mergulha na Revolução de Abril, a esperança no futuro de Liberdade que ele e os seus camaradas haviam de oferecer aos portugueses como um mar de cravos. É essa mesma energia que o assiste como conselheiro da Revolução, onde a sua intervenção mediadora é bastamente reconhecida, tendo sido o porta-voz do Conselho a partir de 1979. Também como ministro da Educação fomenta em todo o país a rede do Ensino Superior, até então confinada a Lisboa, Coimbra e Porto. Nesta área empenha-se ainda em questões de ordem social e em projectos-piloto relativos ao Ensino Especial.
Na qualidade de Presidente das Comemorações do Dia de Portugal, Vítor Alves também expandiu as fronteiras da sua acção à Diáspora das Comunidades Portuguesas. Sempre lhe conheci notável curiosidade pelo mundo e, nessa curiosidade, sempre se revelou como um viajante-investigador de espaços e lugares que confrontavam a sua própria humanidade. Ainda hoje recebo notícias de portugueses radicados, por exemplo, nos Estados Unidos, que voltaram a estreitar laços com Portugal graças à forma como o Vítor se empenhou em criar a aproximação deles ao seu país de origem. Sentia pelas Comunidades Portuguesas grande desvelo e, por seu turno, elas ofereceram-lhe um novo espaço de exploração, ao mesmo tempo que lhe asseguravam que o seu Portugal em Diáspora passara à condição de estado de alma!

DAS RECORDAÇÕES E DE UMAS POUCAS FOTOS FICA-ME A IMAGEM DE UM MENINO DE CARACÓIS LOUROS, MUITO MIMADO PELOS PAIS

Pelos estados de alma do Vítor regresso a Mafra e a considerações que propositadamente deixei para o fim. Há uma afinidade indelével entre a energia do meu marido e esta terra de Mafra que o viu nascer e crescer até aos oito anos. Das recordações e de umas poucas fotos fica-me a imagem de um menino de caracóis louros, muito mimado pelos pais e toda a família. Um dia, ainda namorávamos, confessou: “Fazes tu ideia do que foi para mim nascer e crescer à sombra do Convento de Mafra, e habitá-lo a meu bel-prazer, em correrias de alvoroço e aventuras inacabadas?” De todas as figuras da sua infância, o avô Alexandre Alves foi tomando a seus olhos o papel de Senhor daquele reino imaginário, o guardador de tesouros como os da vasta biblioteca de onde saíam histórias e episódios que o pequeno Vítor ouvia embevecido e quase secretamente albergava, cioso, na memória. Quando teve de deixar Mafra para seguir a família, levou no seu coração o território a que a ausência deu recorte mítico e vasto horizonte onde fecundaram muitos dos anseios e sonhos de Vítor Alves. Ao mítico território, fica provavelmente o Vítor a dever

boa parcela da sua identidade, porventura não conscientemente assumida, mas transmutada em subsolo de energia criadora. Que outro lugar melhor do que este para ele permanecer entre nós, privados que estamos da sua presença física, mas não dos sinais da sua permanência espiritual, agora materialmente concretizada na placa toponímica desta rua?

Agradeço, profundamente comovida, ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Mafra, Eng. Hélder Sousa Silva, a ligação do nome do meu marido a uma rua que justamente se situa nas imediações do Convento, e a todas as Entidades presentes nesta cerimónia, nomeadamente ao Vasco Lourenço, Amigo muito especial e companheiro das lides revolucionárias do 25 de Abril, bem como ao Coronel Hélder Neto que evocou o sentido humanitário do Vítor como seu instrutor na Amadora. Uma última palavra de agradecimento aos familiares e a todos os que se deslocaram a este evento, em especial à minha filha Ana Cristina, à neta Maria, à bisneta Maria Inês e às queridas primas Midá, Beli, Susana e Gisela, que me deram o prazer da sua companhia nesta bela homenagem ao meu saudoso marido. Muito obrigada a todos e até sempre!"

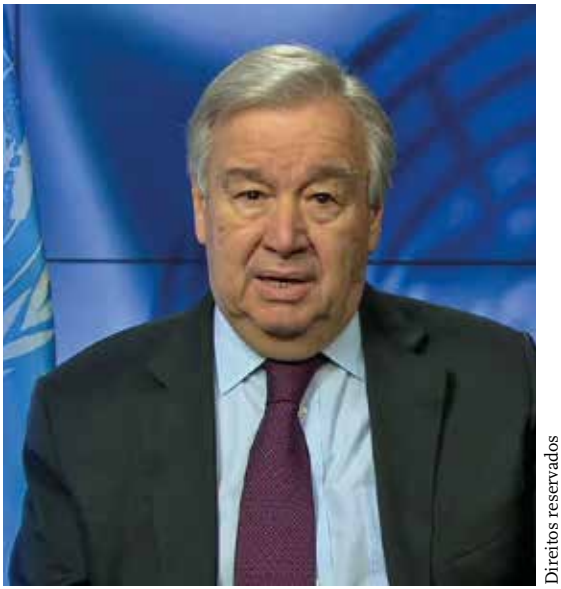
O REFERENCIAL ERROU

Na foto da página 108 da última edição de O Referencial, n.º 140, surge um erro na identificação das pessoas. De facto, quem está ao centro não é Medeiros de Almeida, tal como foi referido, mas, sim, Piteira Santos. Medeiros de Almeida surge no lado direito da foto. De costas está o repórter do jornal Primeiro de Janeiro. Feita a devida rectificação, pedimos desculpa pelo lapso aos nossos estimados leitores e aos visados, em especial aos familiares de Medeiros de Almeida.

António Guterres na ONU

A25A felicita o Secretário Geral da Organização das Nações Unidas no início do segundo mandato

VASCO LOURENÇO



Direitos reservados

EM 8 DE OUTUBRO DE 2016, a Associação 25 de Abril teve o prazer de felicitar António Guterres pela sua eleição para o mais alto cargo da comunidade internacional.

Afirmámos então que essa eleição só fora possível porque acontecera o 25 de Abril e com ele o regresso de Portugal ao convívio de todas as Nações.

Passados cinco anos, António Guterres vê renovada a sua escolha, para um segundo mandato como Secretário Geral da Organização das Nações Unidas.

Esta decisão, se é, em primeiro lugar, fruto do reconhecido mérito da acção do nosso compatriota no mandato que agora termina, é também um sinal inequívoco de que o Portugal de Abril continua altamente prestigiado no seio da comunidade internacional.

Hoje, quando António Guterres inicia o seu segundo mandato, a Associação 25 de Abril volta a congratular-se com a eleição de um português de Abril, que connosco sempre manteve óptimas relações, e endereça-lhe as nossas mais cordiais, sentidas e profundas felicitações.

Convictos de que António Guterres continuará a prestigiar-se, prestigiando o nosso País, confiamos que, agora mais bem preparado, o seu desempenho terá franco sucesso, fruto da maneira como saberá resolver os enormes problemas que terá de continuar a enfrentar.

Direitos reservados

General Ferreira do Amaral foi à Escola falar aos jovens sobre o 25 de Abril

Valores de Abril na Escola

General Ferreira do Amaral falou sobre a Revolução dos Cravos aos alunos das aulas de Área de Integração do Agrupamento de Escolas de Nelas

CONCEIÇÃO AIRES*

"O MARCO HISTÓRICO do 25 de Abril de 1974 e as mudanças sociais daí decorrentes", foi tema de reflexão e debate dos alunos do 10º C dos cursos profissionais de Técnico de Mecatrónica e de Design de Comunicação Gráfica, no âmbito do estudo do tema "2.2.A construção do social". Esta atividade, dinamizada pela professora de Área de Integração, do Agrupamento de Escolas de Nelas, integra-se nos conteúdos da disciplina que se cruzam com a área da Cidadania e Desenvolvimento, no domínio Instituições e participação democrática, embora possamos relacionar com outros domínios como os Direitos Humanos, por exemplo.

É certo que a sociedade portuguesa sofreu mudanças drásticas com a ação dos Capitães de Abril. Neste sentido, a referida professora solicitou à Associação 25 de Abril que indicasse uma pessoa histórica, ou seja, um Capitão de Abril e combatente no ultramar, alguém que esteve no terreno e que, em conjunto com os seus camaradas, contribuiu para o derrube de

um regime ditatorial. Assim, no dia 17 de junho, nas aulas de Área de Integração, esteve presente o general António Luís Ferreira do Amaral, autor de "Nem só de tiros vive a guerra", livro que representa uma excelente e criativa forma de fazer a sua autobiografia. A professora aproveitou para lhe pedir um autógrafo.

O general, que viveu o período antes da mudança, que agiu, transformando a estrutura social portuguesa, comparou a sociedade anterior com a sociedade atual. Os alunos questionaram-no sobre estas mudanças; sobre a sua vivência no ultramar, para onde foi mobilizado três vezes; sobre a sua carreira militar e, fundamentalmente, sobre o golpe de Estado desencadeado por, aproximadamente 200 capitães, sendo que ele era um deles. Este grande senhor vincou bem o risco que correram, pois havia um Código de Justiça Militar que definia as consequências para um traidor à ordem estabelecida. Todos tinham família, com filhos pequenos, como ele lembrou, e, portanto, foi preciso muita coragem. No seu livro refere que refletiu "sobre os dias e noites de ansiedade que a mulher [dele] viveu" (p. 365).

Naquele dia 25 de abril não podiam falhar como já tinha acontecido em março de 1974, com muitos militares presos na Trafaria. Neste contexto, enalteceu todo o Movimento dos Capitães referindo que a grande palavra chave desta operação foi "a confiança" que tinham uns nos outros. E acrescentou que, se calhar, se não houvesse guerra colonial não teria havido 25 de abril, ou então teria acontecido de outra forma. O convidado relatou as pressões e tensões sofridas pelos militares durante a guerra colonial, ficando com marcas profundas. Mas, nem sempre a opinião pública deu valor a este sofrimento, opinando muitas vezes que os militares pretendiam apenas ganhar dinheiro e que não passavam de simples turistas. No entanto, explicou que as famílias destes militares tinham uma outra perspetiva, pois sentiam na pele o sofrimento deles. Contou uma história triste, narrada no seu livro, de militar morto que não cabia na urna por o corpo ter inchado com o calor, e que "todas as indicações médicas para o fazer desinchar revelaram-se rotundos fracassos" (p. 321). Então, receberam uma "mensagem encriptada" (p. 321) para que um militar "cortasse o corpo para o meter na urna" (p. 322).

TODOS TINHAM FAMÍLIA, COM FILHOS PEQUENOS, COMO ELE LEMBROU, E, PORTANTO, FOI PRECISO MUITA CORAGEM

DEFENSORES DA PÁTRIA

Para a opinião publica, os militares passaram a ser considerados os maiores defensores da pátria só depois de o golpe de Estado estar concretizado. Ainda hoje, muitos portugueses esqueceram este grande feito, que, segundo a professora, deveria estar sempre na mente de

um povo que foi libertado de grandes limitações aos seus direitos e vivências. Segundo o general, a liderança do vice-almirante Gouveia e Melo, na task force que coordena o Plano Nacional de Vacinação contra a covid-19, traz à memória os grandes feitos militares.

Foi num ambiente muito agradável, de atenção e de participação dos alunos, que o convidado satisfez todas as curiosidades, revelando ainda que quem mais beneficiou com esta mudança foram as mulheres. Estas não tinham os mesmos direitos que os homens. Exemplificou, inclusivamente, com as suas quatro tias que não puderam estudar como os seus tios e o seu pai. Referiu-se, também, a outros direitos, como o direito ao voto, embora não fossem só as mulheres as excluídas. No entanto, alertou que a democracia que temos hoje não é o Eldorado, pois ainda existem mulheres que ganham menos que os homens, embora tenham a mesma profissão e desempenhem as mesmas tarefas. O general quis avisar, segundo a professora, que nem tudo está terminado, havendo muita luta ainda pela frente, muitas mudanças para fazer. O ilustre general pediu aos alunos que reflitam sobre todo o percurso da história internacional e portuguesa e que se afirmem, também, como agentes de mudança. "O futuro está nas vossas mãos", disse-lhes.

Distinguido com vários louvores e condecorações, o Capitão de Abril deu o seu testemunho, contando histórias, relatando acontecimentos, revelando ser uma pessoa muito modesta, muito comunicadora, muito simples, muito agradável, de nobres valores e com orgulho em tudo o que ajudou a construir. A sua vasta cultura permitiu sempre, ao longo da conversa com os alunos, enquadrar Portugal no contexto internacional e em contextos nacionais anteriores. Falou sobre a ONU, no movimento sufragista, na governação de Churchill e até no nosso grande escritor Luís Vaz de Camões, que nos Lusíadas escreve que os "feitos da famosa gente" portuguesa enaltecem "o peito ilustre lusitano".

Esta pessoa de referência presente nas aulas permitiu, pois, desenvolver a cidadania dos alunos: ao nível da compreensão dos direitos das pessoas - através de exemplos, sejam essas pessoas homens ou mulheres -, e da luta inacabada que é necessário fazer no nosso dia-a-dia; ao nível da compreensão e interiorização de valores como a solidariedade, companheirismo, confiança, espírito de grupo, relacionamento interpessoal, empatia, unidade e identidade. E este desenvolvimento da cidadania deve ser uma constante, deve-se lutar contra o esquecimento do ideal democrático, quer nas ações individuais, quer nas ações coletivas.

Alunos, professora e direção do Agrupamento de Escolas agradecem a presença e a colaboração do senhor general na formação da cidadania daqueles que, no futuro, serão os agentes que modificarão a ordem estabelecida, tendo estas pessoas, tão dignas, registadas na sua memória como modelos a seguir, pois as tecnologias evoluem, mas há valores universais e intemporais.

* Professora no agrupamento de escolas de Nelas

Jovens e a revolução

Núcleo da A25A de Oeiras/Cascais leva a mensagem de Abril às novas gerações

TODOS OS ANOS O NÚCLEO da A25A de Oeiras/Cascais faz palestras nas Escolas sobre o tema de Abril, a convite dos professores no âmbito da disciplina de História.

Em 2020/2021, dada a pandemia, as palestras foram suspensas, embora a convite da Escola do Alto dos Moinhos, em Terrugem, que fica entre Sintra e Ericeira, se tenha realizado uma sessão especial, com toda a segurança que a situação requeria.

Os alunos estavam distribuídos por duas salas. O coronel Domingos Pereira e o comandante Caldeira Santos encontravam-se noutra sala.

A coordenação dos alunos esteve a cargo da Dr.ª Isabel, tendo o encontro decorrido com recurso à plataforma Teams.

A palestra foi dividida em dois períodos: da I Guerra Mundial ao 25 de Abril de 1974; do 25 de Abril de 1974 à actualidade,

Os alunos e os professores puderam intervir sempre que acharam oportuno.

Normalmente estas sessões iniciam-se com uma exposição oral sobre o tema. Mas, naquele encontro na Escola do Alto dos Moinhos, os alunos e professores puderam, logo no início, fazer perguntas sobre o tema, o que foi muito interessante e levou a ultrapassar o obstáculo de os palestrantes estarem em salas diferentes.

No fim, os professores dirigiram-se ao coronel Domingos Pereira e ao comandante Caldeira Santos para lhes agradecer a disponibilidade, e reportando que os alunos apreciaram bastante a conversa havida.

O Núcleo da A25A de Oeiras/Cascais pretende continuar a ir à Escolas levar a mensagem de Abril às novas gerações.

MEMÓRIAS DE ABRIL

Por razões de espaço, devido ao grande volume de informação sobre as comemorações do 47.º aniversário do 25 Abril, suspendemos neste número a rubrica Memórias de Abril, sobre o Sistema Judiciário Militar Após o 25 de Abril, da autoria do general José Manuel Costa Neves. Retomaremos a publicação no próximo número, pedindo desculpa aos estimados assinantes da nossa revista e demais leitores pelos incómodos eventualmente causados.

Curso de História Contemporânea

Associação 25 de Abril reedita o Curso de História Contemporânea. Publicação em vídeo foi agora convertida em áudio adaptada às plataformas WhatsApp e Telegram

APÓS A REALIZAÇÃO do curso de História Contemporânea e a sua colocação no site da A25A em vídeo, para consulta livre, a A25A decidiu convertê-lo agora em áudio e criar um curso adaptado às plataformas "WhatsApp" e "Telegram", numa acção que possibilite um melhor acompanhamento pelos interessados. Se, pelo menos aparentemente, os principais interessados poderão ser os professores e os alunos, prevê-se também que haja muitos outros cidadãos que queiram acompanhar este curso de História Contemporânea.

Para poder seguir cada um e todos os itens do curso, que terá publicações diárias, os interessados deverão registar-se na plataforma "WhatsApp" ou na plataforma "Telegram". Poderão também aceder através da leitura pelo telemóvel do código QR disponível no site da A25A.

O curso terá início assim que se registe um número razoável de pessoas inscritas. O acesso é totalmente gratuito, sendo apenas necessário o registo, podendo ser feito através do site da A25A.

Este curso foi concebido e promovido pela Associação 25 de Abril, tendo decorrido durante os anos de 2007, 2008 e 2009, em Lisboa, Porto, Coimbra, Braga, Faro e Almada, tendo contado com a parceria da Associação de Professores de História que, através do seu Centro de Formação, foi responsável pelo pedido de acreditação e pela implementação do curso.

A concretização deste curso só foi possível graças aos apoios recebidos do Ministério da Educação e Montepio.

ESTRUTURA DO CURSO

Módulo I – Estado Novo no pós-guerra – professor Fernando Rosas.

Módulo II – A oposição ao Estado Novo no pós-guerra - professor António Reis.

Módulo III – Guerra Colonial - coronel Aniceto Afonso e coronel Carlos Matos Gomes (Capitães de Abril).

Módulo IV – A conspiração e a acção militar do 25 de Abril - coronel Vasco Lourenço, capitão-de-mar-e-guerra Almada Contreiras e capitão-de-mar-e-guerra Pedro Lauret (Capitães de Abril).

Módulo V – A descolonização general Pezarat Correia e almirante Vítor Crespo (Capitães de Abril.

Módulo VI – A transição do Poder Revolucionário para o Poder Democrático (1974, 1976, 1982) coronel Vasco Lourenço, almirante Martins Guerreiro e coronel Rosado da Luz (Capitães de Abril representantes das três tendências do MFA).

CASA DA MOEDA

MOEDAS COMEMORATIVAS DE PORTUGAL 2021

Janeiro

PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DO CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA
Autor: Eduardo Aires

Abril

V CENTENÁRIO DA VIAGEM DE CIRCUM-NAVEGAÇÃO DE FERNÃO DE MAGALHÃES — MACTAN 1521
Autor: Luís Filipe de Abreu

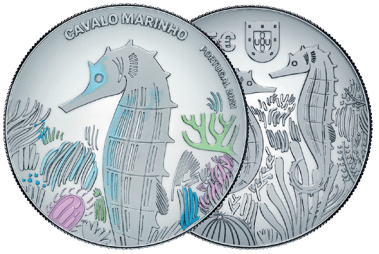
Maio

PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA NOS JOGOS OLÍMPICOS DE TÓQUIO 2020
Autor: Francisco Providência

Maio

SÉRIE TESOUROS NUMISMÁTICOS PORTUGUESES ESCUDO DE SÃO TOMÉ
Autor: Rui Vasquez

Junho

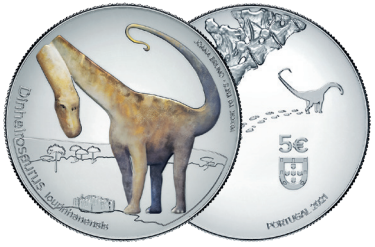


SÉRIE ESPÉCIES DE ANIMAIS AMEAÇADOS O CAVALO-MARINHO
Autor: Catarina Sobral

Julho

ARISTIDES DE SOUSA MENDES NUNCA ESQUECER
Autor: José Viriato

Setembro



SÉRIE DINOSSAUROS DE PORTUGAL *DINHEIROSAURUS LOURINHANENSIS*
Autor: Joana Bruno

Outubro

SÉRIE PORTUGAL E O ORIENTE — A ARTE DA LACA (PORTUGAL E JAPÃO)
Autor: João Fazenda

Novembro

SÉRIE ARTE CONTEMPORÂNEA URBANA — VHILS
Autor: VHILS

ILUSTRAÇÃO

LISBOA R. Escola Politécnica, 137 • R. D. Filipa de Vilhena, 12
COIMBRA Rua Visconde da Luz 94
PORTO R. Cândido dos Reis, 97
WWW.INCM.PT moeda.apoiocliente@incm.pt

CERTIFICAÇÃO apcer ISO 9001 ISO 14001
CERTIFICAÇÃO apcer ISO/IEC 27001 PRODUÇÃO DO TACÓGRAFO
CERTIFIED SECURITY PRINTER INTERGRAF ISO 14298 Certified
INCM

Conselho da Revolução
(1975-1982)

Livro muito elucidativo sobre os acontecimentos à época chegou às livrarias a 8 de Abril

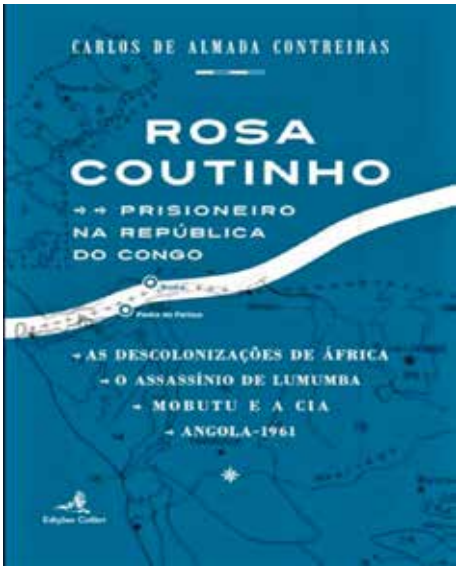
"CONSELHO DA REVOLUÇÃO (1975-1982) – Uma Biografia", de David Castaño e Maria Inácia Rezola, Edições 70, é uma obra que se debruça sobre um órgão que moldou o regime pós-25 de Abril e garantiu a consolidação da democracia em Portugal.

Criado na sequência do 11 de Março 1975, o Conselho da Revolução foi um órgão de soberania que desempenhou um papel central na transição revolucionária e, mais tarde, na transição constitucional.

Dispondo de amplos poderes, representou um reforço do papel político do MFA e uma garantia da sua presença na estrutura constitucional revolucionária, assumindo-se como a cúpula do poder cívico-militar.

Consagrado como órgão de soberania na Constituição de 1976, o Conselho da Revolução manteve vastos poderes no período de normalização democrática - garantindo aos militares uma voz ativa nos destinos do país - até à sua extinção, em 1982.

Trata-se de um relato muito elucidativo e oportuno da situação que se viveu na altura.



Prisão de Rosa Coutinho

Livro de Carlos Almada Contreiras foi apresentado a 17 de Junho no Instituto Hidrográfico, em sessão presidida pelo seu presidente

A OBRA DA AUTORIA DE Carlos de Almada Contreiras, Edições Colibri, apresentada pelo contra-almirante hidrógrafo José Luís Gonçalves Cardoso, numa sessão presidida pelo presidente do Instituto Hidrográfico, tem como objectivo dar a conhecer o "Relatório da detenção e prisão na República do Congo do comandante e três marinheiros no 'N.H. Carvalho Araújo', entre 9 de Agosto e 22 de Novembro de 1961, pelo 1º tenente Eng.º Hidr.º António

Alva Rosa Coutinho", escrito um mês após a sua libertação em Léopoldville.
Explicou o autor:
"Pretende-se à, partida, fornecer elementos que possam desfazer alguma dúvida que ainda hoje possa persistir entre os marinheiros de então, sobre a reflectida e responsável decisão tomada por Rosa Coutinho em se deslocar a Boma, na sequência das instruções recebidas do Comando Naval de Angola.
Porque o ano de 1960 foi a véspera e cenário de fundo, particularmente no que ao Congo ex-Belga diz respeito, dos acontecimentos que envolveram o 'N.H. Carvalho Araújo', o seu comandante e três marinheiros da sua guarnição, do trabalho também faz parte uma breve contextualização da situação na África desses tempos, centrada nos inícios da década de sessenta do século passado e, mais detidamente, nos anos 1960 e 1961.
O ano de 1960 veio a ficar conhecido na História como o "Ano de África", não só pelo número de países africanos que acederam à independência política, tornando-se membros de pleno direito dos países que integravam a Organização das Nações Unidas, mas também pela enorme actividade desenvolvida no seio da Organização contra o colonialismo e pelo surgimento e consolidação em África de organismos de coordenação política exclusivos do continente africano.
A situação no Congo, cuja independência foi oficializada no dia 30 de Junho de 1960, em cerimónia presidida pelo Chefe do Estado da potência colonizadora, o Rei Balduíno da Bélgica, bem como os incidentes ocorridos na cerimónia daquele dia, que já prenunciaram os tempos conturbados que marcarão a história do Congo nos anos seguintes, mesmo até aos dias de hoje, será necessariamente abordada com algum pormenor, porque vai estar soberanamente presente e condicionar - e de que maneira - o processo "Rosa Coutinho".
E porque, passados sessenta anos sobre o incidente que tem como elemento principal a prisão do comandante do 'N.H. Carvalho Araújo' e três marinheiros da sua guarnição, no porto fluvial congolês de Boma, necessário se torna apresentar um breve enquadramento da situação geopolítica na região envolvente do Rio Zaire, para que o leitor não contemporâneo dos acontecimentos, além da panorâmica política da África de então, se integre no essencial da guerra de descolonização que se iniciava em Angola, território ao tempo sob administração portuguesa, território esse, numa extensão importante, separado do Congo por aquele rio, via natural para a navegação comercial, elo de comunicação entre os povos ribeirinhos de etnias próximas, ainda que pelo rio separadas e palco privilegiado de uma guerra que ali tinha tido início e ali estava.
Mais pormenorizadamente será tratada a situação geral e a militar em Angola, em cujas águas o navio tinha a sua base e desenvolvia a sua atividade específica no campo da hidrografia e onde a guerra, iniciada oficialmente em 4 de Fevereiro daquele ano de 1961, cinco meses antes do incidente, se vai desenvolver num ambiente que envolve em pleno, quer o norte de Angola, quer a vizinha República do Congo."

Vasco Gonçalves

"ESSA GENTE É O QUE É, eu sou um homem do MFA", de António Avelãs Nunes, editado pela Lápis de Memórias, tem como pretexto as comemorações do centenário do nascimento do general Vasco Gonçalves, promovidas pela associação Conquistas da Revolução.

Escreve o autor: "Vasco Gonçalves foi isso mesmo: um homem de lisura, um homem limpo, um homem íntegro, um homem transparente". Um homem patriota porque sabia que a Pátria "são os portugueses de carne e osso, o povo que vive dia-a-dia os seus problemas, mas que sofre e que tem alegrias, que constrói o futuro, dia a dia".

António Avelãs Nunes no ano letivo de 1961/62, enquanto estudante, foi Diretor da Via Latina, considerada pelas Associações de Estudantes do País como o jornal de todos os estudantes portugueses.

Para memória futura

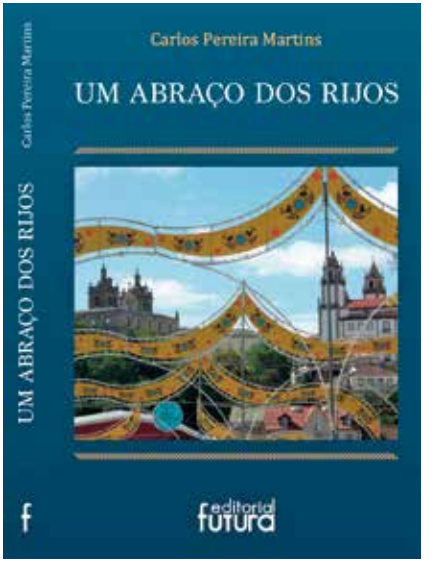
A obra "Um abraço dos Rijos" (foto na página seguinte), do autor Carlos Pereira Martins, Editorial Futura, esteve para ser lançada a 21 de Junho mas sofreu um adiamento devido à pandemia

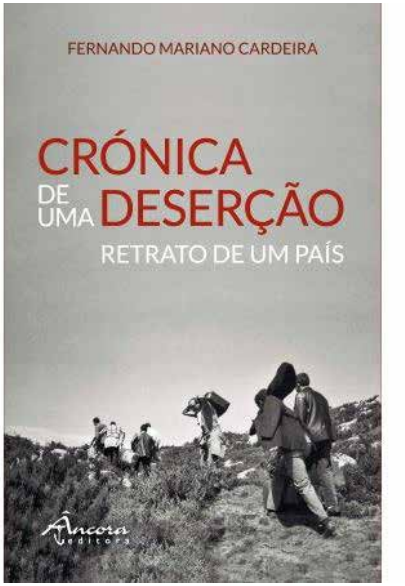
O PRÓPRIO AUTOR FAZ aqui o resumo da sua obra.

"Raramente é dada voz aos desertores e refractários que, aos milhares, recusaram participar na criminosa Guerra Colonial que Portugal conduziu em África durante quase 14 anos.

Quando comecei a escrever constatei que não podia resumir as minhas memórias ao importante episódio da deserção colectiva em que participei em 1970. Senti que era necessário ir mais além e deixar também um testemunho do que foi a minha vida até ao dia em que tomei a difícil decisão de deixar o país, a família e os amigos, para não ter que participar na guerra."

Fernando Mariano Cardeira nasceu em Fanhais, freguesia da Nazaré, a 11 de outubro de 1943. Ingressou na Academia Militar (AM) em outubro de 1961. Em 1965 ingressou no Instituto Superior Técnico como oficial-aluno da AM. Em 1968 requere o abate ao efetivo da AM por discordar da política colonial do governo.





Testemunho de um desertor

"Crónica de uma Deserção - Retrato de um país", de Fernando Mariano Cardeira, da Âncora Editora, é um livro que questiona sobre o que é ser herói

SEGUNDO O AUTOR, "os textos apresentados neste livro são ficcionais, não reflectindo situações vividas directamente pelo próprio".

Conforme explicou, "o objectivo da publicação foi deixar, como se tornou moda dizer, para memória futura alguns episódios, tradições vividas nos anos em que o personagem em volta do qual toda a história gira, faziam parte da vida difícil, sobretudo das regiões interiores, como é o caso da Beira Alta. As vindimas, a matança do porco, o ambiente típico dos finais de tarde nas tabernas, a educação das crianças sempre quase inacessível para os mais desfavorecidos e muito dispendiosa, a dependência do clero local quase doentia mas imposta pelos costumes, do pároco, e dos pequenos poderes instalados, como o regedor."

Segundo Carlos Pereira Martins, "são textos, contos, memórias, hábitos e costumes beirões, para que não se percam no dissolver das espumas em que acabam por se transformar os nossos saberes, culturas, tradições e recordações mas fazem parte integrante do nosso património genético".

Das Guerras de África à Revolução

Livro de Moisés Cayetano Rosado tem prefácio do Presidente da República

MOISÉS CAYETANO ROSADO é um historiador interventivo e corajoso na busca da verdade histórica e da defesa e salvaguarda da cultura dos seu país, mas também apaixonado pelo país vizinho - Portugal. Nasceu em Roca de la Sierna, Badajoz,

Transcrevem-se, em seguida, alguns parágrafos do prefácio do livro escritos pelo Presidente da República, professor Marcelo Rebelo de Sousa.

"Associo-me, com honra e júbilo, à iniciativa conjunta das Edições Colibri, da Associação 25 de Abril e da Associação Salgueiro Maia, de evocação e homenagem a Salgueiro Maia, saudando o ensaio histórico-bibliográfico do Senhor Professor Moisés Cayetano Rosado.

À sua maneira, Salgueiro Maia deu expressão a um povo e a uma maneira de ser e de viver ao longo dos séculos.

Quantos, como ele, partiram pelo mundo, desde o século XVI, construindo anonimamente Portugais nos mais diversos continentes sem reclamarem glórias ou gratidões?

Salgueiro Maia foi o retrato desse povo, que é o que Portugal tem de melhor.

Melhor do que os mais falados, os mais renomados, os mais influentes, ou tidos como tal, do que os mais poderosos na politica e na economia.

Foi esse povo que fez Portugal. E, nele, os soldados de Portugal. Sem ele e eles, os chefes mais ilustres não teriam triunfado , os políticos mais brilhantes não teriam vencido, os empreendedores mais visionários não teriam criado.

Neste Abril de 2021,tanto ou mais que há cinco anos, toda a homenagem e indelével gratidão é devida ".

O baptismo das palavras

"Afastar-se", o último livro de Luísa Costa Gomes, da D. Quixote, uma colecção de histórias em muitas das quais se reivindica o primado da experiência vivida

FERNANDO SOUSA

DOS IMPACTOS QUE SENTIU até o asa o avisar que levava fogo a bordo, e para se ejectar "imediatamente", foram uns trinta segundos. Até aí, enfim, tudo bem, o pior foi quando caiu no meio de quem de todo não queria, mas apesar disso a metros do aquartelamento de Gandembel, de onde rumou para a BA12 e um banho reparador (ainda que de água morna).

Foi no fim de uma manhã de Julho de 1968, voava o "Pirata" no corredor de Guileje, ia a guerra da Guiné quase a meio, e mais brava do que nunca, e é um dos treze contos de "Afastar-se", o último livro de Luísa Costa Gomes, uma colecção de histórias "que de uma maneira ou de outra metem água" – uma jovem nadadora, obcecada por Byron e as suas travessias, aposta ligar, também ela, as margens que entender; as lágrimas amargas de Régine Olsen, a namorada que Kierkegard dispensou para poder pensar à vontade; o mar que traga dois amantes que, por fim, tinham conseguido qualquer coisa; a narradora que ajusta contas com o passado à beira de uma piscina frente à Ria Formosa, transformada num meio de "transmutação alquímica"; um homem que salva outro de se afogar mas o seu gesto passa despercebido.

Aterrado numa árvore a poucos metros do chão, o piloto [tenente-coronel Francisco Dias Costa Gomes, 39 anos então] desatou-se mas teve de se esconder de um guerrilheiro de tronco nu atravessado por cartucheiras à procura dele. E foi de gatas que chegou a Gandembel, e a seguir a Bissalanca e a um "duche redentor" que mudou "em narrativa irónica uma experiência de quase morte".

É o regresso de Luísa Costa Gomes depois de "Florinhas de Soror" Nada (D. Quixote, 2018), escrito já a autora começara a juntar os contos de "Afastar-se", em muitos dos quais "se reivindica o primado da experiência vivida, seja ela a de jibóias!, na elaboração formal que lhe faz a vénia", área onde LCG é das melhores na desenvoltura estilística, na versatilidade vocabular, no domínio da ironia como forma de deixar a nu o que realmente interessa. Como forma de mergulho ("O que irás encontrar no fundo da piscina, minha amiga?") Ou de "reconciliação pela água" como claramente nos contos Desertos, Enseadas, Covas Abertas ou Gandembel.

Direitos reservados

CADETE Dois – Seis – Dois

Na Operação Viragem histórica, Dinis de Almeida comandaria uma força do Regimento de Artilharia Pesada n.º 3 da Figueira da Foz. Fica para a história a frase dirigida ao comandante adversário, no dia 11 de Março de 1975, captada pela câmara da RTP: "*Então vocês vêm atacar um quartel por causa de um panfleto?*"

ANTÓNIO JOSÉ PEREIRA DA COSTA*

ELE PERTENCE ÀQUELA geração que não teve direito a espada. Eram tempos de poupança e "não havia verba" para as oferecer a quem acabava o curso da Academia Militar. E, se não fazia falta nos sítios para onde íamos a seguir, esta era mais uma razão para a não recebermos. Em compensação, ele é que comprou um camuflado a expensas suas. Naquele tempo, fardava-se por conta própria e, nos tais sítios, o camuflado era uma coisa que fazia um certo jeito.

Corria o ano de 1964 e o Curso Caldas Xavier fora iniciado em Outubro, ainda com o eco da-

quele chavão bem conhecido: *"Havemos de chorar os mortos che os vivos os não merecherem!"*. Tínhamos mesmo uma cadeira ministrada pelo capitão-capelão Pedro Gamboa em que este tema era abordado.

Era necessário salvar o país (*"A Pátria não che discute!")*, ganhando "*esta guerra que nos é imposta, que não desejamos, mas também não tememos*". Mais um dos que estava certo de que a razão lhe assistia e de que, por isso e sem mais nada, iria vencer! E lá foi até Moçambique onde viu a guerra de perto, ao nível do solo e a vida não lhe correu bem. A mentalização falhara e os ideais que lhe haviam sido instilados, afinal não passavam de palavras balofas e sem correspondência com a realidade. A frustração foi grande e a correspondente revolta leva-o a descrer do regime que enfrentava uma situação política delicada, já havia sete anos e sem sinais de melhoria. A morte do capitão Valente, naquela emboscada de 11 de Agosto de 1968, deve ter sido particularmente marcante para a resposta à pergunta: – *Afinal, que faço eu aqui?* Para trás já tinham ficado – na Academia e na E. P. A. – as irreverências e criancices próprias de um jovem alegre e animoso que julga poder fazer rolar o mundo na direcção correcta. Agora era a sério e as razões pelas quais as coisas sucediam assim e não de outra maneira não apareciam com a clareza com que sempre lhas tinham apresentado. No regresso, engrenou na vida militar da Metrópole como produtora de contingentes para a Guerra e foi observando a actuação do novo governo que mudara algo, para que tudo ficasse na mesma. As aberrantes "Conversas em Família" – que levavam, cada vez mais à separação entre quem mandava e quem obedecia – aumentaram a sua desconfiança no que se pretendia obter com o seu sacrifício e esforço mas, ao fim de dois anos, lá foi, de novo, para Moçambique onde a vida lhe correu ainda pior, acabando evacuado para o Depósito de Indisponíveis onde, pelo seu contacto com outros na mesma situação, foi afiando a sua agressividade contra o regime político vigente.

Abraçou a causa ao pressentir que se conspirava. Desta vez eram militares como ele, a maioria dos quais também não tinha espada, e mais uns poucos, que lhe mereceram confiança. Conspirou a fundo, correndo riscos que nem sopesou, promovendo reuniões, no seu quarto no DI, na sua casa particular e na Herdade do Sobral, arrendada à família. No seu diário, com a primeira entrada em 13 de Agosto de 1973, é onde vem descrita a reunião de 9 de Setembro, na qual podemos dizer que o MFA nasceu. E vieram os tempos dos múltiplos contactos com camaradas que apoiavam a causa ou que, uma vez sondados, recuavam mais ou menos indignados. Correu riscos de toda a espécie, desde uma possível perseguição da PIDE/DGS até a uma denúncia à hierarquia de algum mais "indignado". Passou pelos sobressaltos e dúvidas de quem conspira e quer fazer andar a conspiração, agora que a desistência, por maiores que as dificuldades fossem, seria entregar a iniciativa ao inimigo, entretanto recomposto. E bem duro foi o caminho entre a reunião no Alentejo e o 25 de Abril, enfrentando uma derrota e

ELE PERTENCE ÀQUELA GERAÇÃO QUE NÃO TEVE DIREITO A ESPADA

desorganizações sucessivas por transferências persecutórias, perseguições surdas, prisões e até abandonos por quem dizia: "Não vale a pena!". Fez, de novo, apelo ao ânimo de quem acredita e continuou sem esmorecer. E veio o 25 de Abril, com o percurso da coluna que comandava até Lisboa e a passagem pelo Forte de Peniche que, cercado, se rendeu no dia seguinte. Atrás da sua, seguiam outras unidades sublevadas, cuja simples presença inviabilizava ao governo qualquer tentativa de reacção.

Depois da vitória, veio a catadupa de acção que materializou a implantação do MFA, com todos os solavancos e contradições que sempre se seguem em situações como esta. O Dinis está no centro do furacão e no galope dos acontecimentos, embora tenha sido envolvido por alguns deles sem nada ter feito para que sucedessem. É o caso do 11 de Março. Nunca ninguém suporia que um quartel dentro de uma cidade sofreria um ataque aéreo e uma tentativa de assalto por pára-quedistas. Hoje, tudo aquilo é surrealista, incompreensível e inacreditável, mas o diálogo que manteve com o comandante dos adversários ficará para a História e, em especial a pergunta que expõe o absurdo da situação:

"*Então vocês vêm atacar um quartel por causa de um panfleto?*"

E veio o momento de glória, com a graduação no posto imediato. Terá sido um presente envenenado, a julgar pelo que sucedeu depois. Tudo começou com as movimentações provocatórias dos militantes do MRPP à volta da unidade. Eram exasperantes e a paciência tem limites, mesmo sabendo que se trata de "esquerdelhos". Curiosamente, deste partido saíram alguns que hoje são ilustres figuras públicas e muito considerados... As voltas que o mundo dá!...

Acabou por ficar no centro de um combate entre micro-facções políticas que não pretendiam mais do que criar a "necessária" instabilidade (muita e da grande), sem que jamais se soubesse quem era o promotor e o eventual beneficiário. A hierarquia encarregar-se-ia do resto, na altura própria... Estranho e inexplicável, mas o tempo encarregou-se de no-lo expor. Ocupa-o, então, a participação na actividade político-militar, procurando intervir no processo de acontecimentos. A algumas das decisões, limita-se a pô-las em prática. Seguiu-se o desgaste à disciplina e eficácia da unidade. Tomou, certamente, decisões e atitudes – que lhe valeram inimizades entre correligionários e até amigos do peito – motivadas pela sua personalidade da qual a reflexão não era uma característica. Mas não podemos esquecer de que quem estava no terreno, no meio de ambiente político riquíssimo, era ele e que os críticos não quereriam trocar de lugar com ele, certamente por falta de melhores soluções.

ABRAÇOU A CAUSA AO PRESSENTIR QUE SE CONSPIRAVA

Em 25 Novembro, a participação da unidade é menos que diminuta, mas apesar de tudo, o culpado é ele. De quê? Nunca se soube bem (nem mal), mas se de algo fora culpado seria boa ideia que se soubesse, com clareza, de quê e por quem era acusado. Seguiram-se sete anos em suspenso à espera da "visão dos autos". Atravessou o deserto de manifestações de camaradagem – às vezes as mais elementares – recorrendo à sua habilidade para o trabalho manual. São desse tempo as medalhas assinadas por Eduardo Leitão. Alguns receberam-nas sem saberem a sua origem. Mas subitamente foi colocado no Estado-Maior do Exército. Imagine-se: um capitão, perigosíssimo, "esquerdista inconsequente", a fazer oficial de dia, podendo tirar fotografias aos "secretos", para fornecer ao In, ou largar fogo ao edifício. Estranho...

Um dia, um camarada informou-o de que pretendia contestar uma transferência irregular de que ia ser alvo, alegando que ele estava à sua frente na escala para deslocamento e lamentou-se: "Eu que já estive sete meses em casa agora mais esta!" O Dinis riu-se e respondeu: "Estiveste sete meses em casa? Pois olha, eu estive sete anos". E acrescentou: "Tu estás é cada vez mais maluco! Não vês que ninguém te atende? Se o exemplo sou eu, ninguém te ouve."

Passados 12 anos sobre o 25 de Novembro, a Instituição temia lançar um dos seus quadros médios na distribuição normal de pessoal e por isso criou uma situação de tal injustiça que os oficiais de Artilharia com o mesmo posto passaram a ser nomeados "por escolha". Coisa bizarra: uma organização (com O grande) temer um homem. Já major promovido, passou à reserva e foi viver como qualquer cidadão. Não hostilizava a instituição à qual pretendera dar o seu melhor. Afastava-se e parecia mais magoado com ela, devido ao modo pouco comum como fora tratado. Foi censurado por isso.

Publicou três livros, cuja leitura se aconselha a quem pretender saber honestamente, e com bastante exactidão, o que sucedeu desde a fase conspiratória e até depois do 25 de Novembro de 1975. Nestes livros podemos ler, além das suas notas e as ideias pessoais com que ficou acerca do que ia sucedendo, cópias de documentos de vária ordem relativos aos factos ocorridos. Os livros poderão ser contestados, num ou noutro ponto, mas é impossível ignorá-los.

E haverá muito mais que se diga da vida, agora completa, de um homem valente até à temeridade, especialmente a enfrentar a hierarquia, e que foi forçado agir por ter sido enviado para a fornalha demasiado cedo, mas sem espada...

Mem-Martins 21 de Maio de 2021

*Coronel de Artilharia do Curso Caldas Xavier

Do agrupamento Norte

Nascido em Lamego, o coronel do Exército na reforma tinha sido condecorado em Fevereiro pelo Presidente da República com a Ordem da Liberdade – grau de Grande-Oficial

Direitos reservados

COM UM ABRAÇO DE ABRIL, evocamos o falecimento do Capitão de Abril, Arnaldo Carvalhais Silveira Costeira.

Integrado no grupo de Capitães de Abril de Viseu (R.I. 14), teve papel importante na conspiração que nos levaria ao 25 de Abril, sendo o comandante da força do R.I. 14 que se integrou no agrupamento Norte, juntamente com a força do R.I. 10 de Aveiro e as forças das unidades da Figueira da Foz (CICA e RAP 3) que, comandado por outro capitão de Viseu (R.I. 14), Diamantino Gertrudes da Silva, teve importante papel na operação "Fim do Regime".

Nascido em Lamego, em 20 de abril de 1946, o coronel do Exército na reforma, que residia agora em Viseu, tinha sido condecorado em Fevereiro pelo Presidente da República com a "Ordem da Liberdade – grau de Grande-Oficial".

O oficial foi comandante do Regimento de Infantaria 14, entre 1993 a 1996, e escreveu a obra "Eu, Capitão de Abril me confesso", relatando a sua experiência durante e após o 25 de Abril.

"Espírita convicto, dedicou-se integralmente à direção da Associação Social Cultural Espiritualista de Viseu (ASCE Viseu, IPSS), importante instituição particular de solidariedade social da região, tendo sido um dos seus cofundadores e à qual presidia desde a sua criação, em 1977, onde desenvolveu profícua atividade social e de divulgação de mensagem espiritualizante", lê-se em comunicado da família.

Morreu o DK

Coronel de Artilharia, sócio fundador da A25A, Dias Costa foi vítima de um acidente de viação na marginal que liga Lisboa e Cascais

Direitos reservados

ANTÓNIO JOSÉ PEREIRA DA COSTA

ATROPELADO NA MARGINAL (estrada que liga Lisboa e Cascais), em condições que não pudemos reconstituir, nem ganharíamos nada com tal esforço. Como todos os acidentes, a morte do Carlos Manuel Rodrigues Dias Costa é incompreensível. Acho que podemos recordá-lo como um cadete "velho", se comparado com os que aos 17 anos iniciavam a vida militar.

Como muitos da sua "fornada", ao entrar na Academia Militar surgiu dotado do ânimo dos que sabem o que querem e para onde hão-de ir. As perigosas certezas da juventude... Praticava uma camaradagem esforçada, quase infantil, tomando como óptimos todos os que estivessem do seu lado. Esforçado até à exaustão, aceitava os exercícios mais duros como obrigação inerente à sua preparação.

Já aspirante, não esquecerei aquela sessão de tiro anti-aéreo, na praia do Guincho. A peça de que era apontador fez 396 tiros sobre a praia. Tantos que a tinta preta que pintava o tubo começou a cair às placas. Nessa altura, vi algo que nunca mais voltei a ver: as ondas de boca marcadas na areia, junto da bolada da peça. Se a isto juntarmos o tiro para os balões "em quadrifonia", com as metralhadoras quádruplas (12,7 e 20 mm) a menos de meio metro da cabeça, poderemos encontrar o início da sua surdez. As lesões deste tipo são pouco reversíveis.

Depois veio a primeira aventura em Moçambique, entre Janeiro de 1968 e Fevereiro de 1969,

durante a qual os seus méritos operacionais – debaixo de fogo e perante incidentes graves – foram reconhecidos pela hierarquia. Aí foi atingido pelos efeitos da explosão de uma mina anti-carro – sopro e estampido – o que, certamente, lhe piorou a audição.

Dois anos depois, foi a segunda "aventura", em Angola (Sautar), entre Agosto de 1971 e Outubro de 1973, onde deixou fama de homem justo e próximo das populações que tinham uma prática religiosa cristã intensa. Nesse sentido, procurou incentivar a construção de um hospital/enfermaria para a população local. Todavia, a tradicional desculpa "da falta de verba" inviabilizou o projecto. Em ligação com o capelão do Batalhão e com o apoio do bispo de Malange, foi possível construir um espaço de culto onde era possível reunir a população da localidade e áreas próximas.

Destas experiências derivou a sua adesão ao MFA, do qual nunca se desligou, mesmo quando a "Instituição" o perseguiu. Era sócio fundador da Associação e tínhamos o nosso encontro anual marcado no jantar comemorativo. E então é que era dizer mal...

Regressado de Angola, foi colocado no RAC onde atravessou os tempos quentes da Revolução e a 14 de Março de 1977 foi suspenso de funções por razões que nunca descortinei. Embora nunca tenha sido disciplinar ou criminalmente punido, acabou severamente castigado com uma passagem compulsiva à reserva, o que não poderá ter deixado de o traumatizar, dadas as falsas acusações que lhe foram movidas. Terá sido vítima da camaradagem, lealdade e frontalidade que, para si, eram como um timbre, mas era evidente que tinha apostado no cavalo errado e pagava por isso, como uma suspensão que se prolongou por demasiado tempo. Em Agosto de 1976, é mandado apresentar na Polícia Judiciária Militar e, seguidamente, submetido ao Conselho Superior de Disciplina (CSD). A contestação prolongou-se até finais de 1979 ou inícios de 1980, quando o processo foi arquivado e as acusações se revelaram falsas. Nas suas palavras: " Não desisti! Lutei e tive sucesso para que justiça fosse feita". Todavia, só em 2010 (já na reforma) é promovido a coronel mas considerado, em termos de antiguidade, como se tivesse sido promovido em 1996 - segundo o Diário da República.

Porém, enquanto se defendia no CSD, tomou a decisão de iniciar, como tantos outros, a construção de uma pista de alternativa, começando no ISPA, um curso de psicologia que já ia avançado quando nos reencontrámos no CAAC, em Vendas Novas. Terminou-o no ano lectivo de 1979/80. Durante o curso, na EPA, vivemos no mesmo quarto e, como dizia, não se sentia motivado para estudos militares cuja utilidade, cada vez menos previa. Era um desiludido e não era para menos. Por duas vezes, a sua dedicação a uma causa lhe tinha trazido desilusão, sofrimento e até punição de que não era objectivamente merecedor.

Terminado o curso, a pulso, foi colocado no CEPE, como psicólogo militar, o que é sempre um momento gratificante para um profissional. Mesmo assim, do seu cartão-de-visita podemos deduzir que nunca enjeitou a sua qualidade de

oficial de artilharia. Este é o título que lhe antecede a nova habilitação académica. Saiu em rota de colisão com a Organização e jurando a pés juntos que nunca mais entraria numa unidade militar. Quebrou a jura, quando o recebi no gabinete de comandante do CIAACascais. Esperava que viesse por uma qualquer razão burocrática, mas não. Vinha para me cumprimentar... Estavam feitas as pazes como Exército.

Tentou exercer funções como psicólogo civil, mas a surdez, que se foi sucessivamente agravando, não lho permitiu. Tinha perdido perto de 100% da capacidade auditiva de um ouvido e quase 90% de outro. Eu e outros do curso testemunhámos a seu favor no processo que conduziu a que fosse considerado DFA, com 30% de deficiência, o que pode parecer pouco, mas é capaz de impossibilitar a actividade de alguém que tem como profissão ouvir os outros e ouvi-los bem. E assim, acabou por se fixar entre S. Domingos de Rana e Góis, sua terra natal e onde tinha casa de família e de que falava sempre com muita saudade. Como curiosidade, para um homem que não primava por uma prática religiosa muito intensa, fica a sua colecção de Sant´Antónios. Confessou-nos que a tinha, no convívio dos 50 anos do Curso de Artilharia de 1964/67, na EPA. Só os colegas da profissão civil podem explicar este seu devaneio.

21 de Junho de 2021

REGISTÁMOS O FALECIMENTO DOS SEGUINTES ASSOCIADOS:

Florival Gomes Custódio – Sócio Efectivo
César Fernando Nogueira Neto – Sócio Efectivo
Armando Myre Dores – Sócio Apoiante
Maria Medeiros Costa – Sócio Apoiante

Às famílias enlutadas apresentamos sentidas condolências.

Fiel aos valores de Abril

Capitão-de-mar-e-guerra, Martins e Silva, sócio fundador da A25A, nasceu a 24 de Outubro de 1932 e faleceu no dia 1 de Maio de 2021

RAMIRO ANTÓNIO SOARES RODRIGUES

Direitos reservados

O comandante Martins e Silva, quando com ele contactámos há 59 anos durante as provas físicas de admissão à Escola Naval, sendo ele primeiro-tenente e instrutor de educação física naquela Escola, evidenciou desde logo, junto dos candidatos, ser um oficial profissionalmente empenhado, exigente, sério e competente, aberto ao diálogo e inteiramente disponível para atender e esclarecer todos os que dele se acercavam expondo-lhes as suas dúvidas e anseios.

Mais tarde, Maio a Agosto de 1964, tivemos nova oportunidade de com ele contactar durante a viagem de instrução, no segundo ano da Escola Naval, no "NRP Sagres", participante e debutante, na regata Lisboa / Bermuda e Bermuda / Nova Iorque, primeira regata transatlântica dos grandes veleiros. O comandante Martins e Silva, à data primeiro-tenente, chefe do Serviço de Navegação, demonstrou ser possuidor de elevados conhecimentos náuticos e de navegação, executante empenhado e preocupado com o rigor e exatidão das determinações posicionais do navio, nomeadamente, durante os 30 dias do percurso exclusivamente à vela, entre Lisboa e a Bermuda, e o de dez dias entre a Bermuda e Nova Iorque.

Cruzámo-nos de novo com o comandante Martins e Silva em Maio de 1969, capitão-tenente, Oficial Imediato do "NRP Sagres" que, realizando uma viagem de instrução de cadetes ao Brasil, durante a pretensa abertura Marcelista, foi na sua estada no Rio de Janeiro a sala de visitas de Marcelo Caetano. Os desígnios da missão estabelecida, para o navio em terras de Ve-

ra Cruz, deu-nos a oportunidade de ver, intuir e comprovar o pendor do comandante Martins e Silva, de distanciamento e crítica discreta relativamente ao modo como alguns episódios foram montados e conduzidos pelo comando, durante o desenrolar das actividades afins à missão. O comandante Martins e Silva, sem nunca pôr em causa o seu profissionalismo empenhado, sério e leal, demonstrou à guarnição do navio, nomeadamente à câmara de oficiais, ser um oficial de marinha de pendor democrático, competente, empenhado e exigente no desempenho do seu cargo de Oficial Imediato, no que ao serviço respeitava, nunca pondo em causa a lealdade para com os seus subordinados, nem descurando a defesa dos seus inerentes direitos.

O comandante Martins e Silva comandou o "NRP Sagres" durante cerca de quatro anos: de Novembro de 1976 a Janeiro de 1980, período em que o navio realizou a primeira volta ao mundo - Junho de 1978 a Abril de 1979. Demonstrando e confirmando todo o seu saber e experiência náutica e de navegação à vela em grandes veleiros, evidenciando, paralelamente, os seus dotes diplomáticos e linguísticos. Atributos que, ao propiciarem contactos com representantes dos países visitados e com a diáspora portuguesa, serviram com relevância e distinção a "mostra de bandeira" e a imagem de Portugal no mundo.

Martins e Silva fez outras comissões de serviço, nomeadamente, nas colónias onde comandou uma LDG, na Guiné. Em Angola, onde prestava serviço, à data do 25 de Abril, no Comando-Chefe das Forças Armadas, foi um dos eleitos em representação da Marinha para a CCPA (Comissão Coordenadora do Programa em Angola), nela se mantendo desde a sua constituição até à sua extinção, em 10 de Novembro de 1975.

Martins e Silva, dedicado militar de Abril, excelente camarada, profissional competente e corajoso, foi um intérprete activo e empenhado do espírito e valores de Abril na CCPA, onde sempre que necessário, com frontalidade e determinação, promovia a sua defesa e observância nas decisões e condutas, discutidas e aprovadas por aquele órgão do MFA em Angola.

O comandante Martins e Silva terminou o percurso da sua carreira naval como Director do Museu da Marinha, onde o seu desempenho, entrega, saberes e profissionalismo concorreram, uma vez mais, para o engrandecimento e divulgação, em Portugal e no estrangeiro, daquela instituição cultural da Marinha Portuguesa, com relevância e distinção.

Martins e Silva foi um dos mais distintos oficiais da Armada, da sua geração, que muito mais poderia ter dado à Marinha e ao País, se a circunstâncias existentes à época não tivessem motivado o seu pedido de passagem à reserva.

Aos seus amigos e companheiros e em especial aos seus familiares, nomeadamente a sua mulher e aos seus filhos, as nossas mais sentidas e profundas condolências e a nossa total solidariedade. Até sempre comandante Martins e Silva!

Um sentido, forte e sincero abraço de camarada e amigo e de Abril!

Miguel Figueiredo Lopes, Presidência da República

Ordem da Liberdade

As nossas sentidas condolências aos familiares e um grande abraço amigo e de Abril ao camarada que vemos partir

VASCO LOURENÇO

É COM PROFUNDO desgosto que comunicamos o falecimento do Capitão de Abril, Major-General Carmelino Monteiro Mesquita.
Recentemente galardoado com a Ordem da Liberdade, pela sua acção no 25 de Abril, o Homem e o Militar, onde a coragem moral e física alicerçavam elevadas virtudes militares e humanas, o Carmelino Mesquita deixa mais pobre os seus amigos, os seus camaradas e a sua família, mas deixa também mais pobre o seu Portugal, que serviu exemplarmente.

Partiu o homem da bandeira

Carlos Ferreira não resistiu a um acidente vascular cerebral, a 31 de Maio, mas deixou em nós uma imagem inesquecível

NA PRÓXIMA MANIFESTAÇÃO do 25 de Abril, uma ausência será notada, a do homem da bandeira nacional gigante, que, em 2020, subiu, sozinho, a Avenida da Liberdade. Carlos Ferreira, sócio n.º 4362 da Associação 25 de Abril, não resistiu a um acidente vascular cerebral, no último dia do mês de Maio, mas deixou em todos nós uma imagem inesquecível.

No 25 de Abril do ano passado, estando sozinho em casa e com a mulher internada em Fátima, sem permissão para poder visitá-la, devido à pandemia, vestiu-se com o seu fato de empregado de mesa – casaco branco, calça e laço prestos – pegou na enorme bandeira, com três ou quatro cravos vermelhos no topo, e repetiu o que sempre fez desde a vitória da Revolução de Abril.

"Chorei e emocionei-me muito pelo caminho", confessou. "É importante que as pessoas abram os olhos e saibam dar valor ao que é humanidade e liberdade", disse, em jeito de alerta, citado pelo JN.

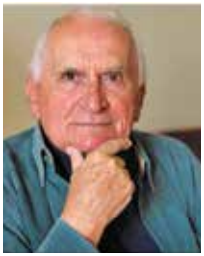
Natural da Mealhada, onde nasceu há 73 anos, Carlos Ferreira viveu o 25 de Abril de 1974 ao lado do capitão Salgueiro Maia, tendo com ele viajado de Santarém até à capital.

A sua imagem perdurará na memória colectiva do povo português como uma figura lendária da luta pela liberdade e a democracia.

José Sena Goulão, Lusa

A Associação 25 de Abril manifesta à família de Carlos Ferreira as mais sentidas condolências.

GUERRA PERDIDA OU GUERRA GANHA?
FALSA QUESTÃO!



PEDRO DE PEZARAT CORREIA

Portugal não foi derrotado. Derrotado foi o regime político ilegítimo, a ditadura colonial, que o 25 de Abril derrubou

ESTE DILEMA QUE, TEM SERVIDO mais como instrumento e arma de arremesso da mais baixa polémica política, do que como objeto de uma análise rigorosa polemologicamente fundamentada, é uma falsa questão. Eis o tema que, na linha do capítulo com mesmo nome que incluí no meu livro ...da descolonização,[1] me proponho aqui abordar.

Fá-lo-ei distinguindo três contextos de análise distintos:

1. O do nível de guerra. Falamos do conflito ao nível estratégico global - a guerra que é o instrumento armado ao serviço de uma política -, ou das batalhas e das operações ao nível militar da conduta operacional e da tática que envolvem o planeamento, a manobra, a execução, o combate?
2. O da vitória ou da derrota. Falamos do desfecho decisivo da guerra, ou o de resultados pontuais em diversas operações na guerra?
3. Os parâmetros de avaliação? Falamos do cumprimento das missões e dos objetivos atribuídos, da aniquilação dos meios materiais e humanos, ou da vontade de prosseguir o combate?

Não analisarei, esquematicamente, cada um dos contextos enunciados. Mas todos se cruzarão ao longo da argumentação, estão sempre presentes e são essenciais para compreensão

Direitos reservados

O 25 de Abril de 1974 teve como uma das principais motivações e objetivos acabar com a guerra

do desfecho da guerra em que as Forças Armadas Portuguesas estiveram envolvidas no processo da descolonização do século XX.

FILOSOFIA DA GUERRA

Quando tratamos da teoria da guerra é incontornável o recurso a Carl Von Clausewitz que, ao fundar a filosofia política da guerra, arrumou nos baús da história as filosofias escatológicas e cataclísmicas para as quais a guerra era uma fatalidade ou um desígnio dos deuses. Com Clausewitz, o que passou a dominar o pensamento militar foi a definição da guerra como instrumento da política. Raymond Aron chamou a fórmula ao aforismo do filósofo militar prussiano que ainda perdura: "[...] a guerra não é apenas um ato político, mas um verdadeiro instrumento da política, uma continuação das relações políticas, uma realização destas por outros meios."[2]

Isto é, sintetizando o essencial destes dois pensadores que fizeram escola, a guerra não é um fim em si próprio, a guerra é um meio para atingir um fim político.

E daqui parto para o ensinamento de Clausewitz sobre o objetivo da guerra, isto é, a vitória: "[...] a vitória não consiste apenas na conquista do campo de batalha, mas sim na destruição das forças físicas e morais [...] a guerra é um ato de violência destinado a forçar o adver-

sário a submeter-se à nossa vontade."[3] É este o objetivo decisivo a nível estratégico. Os êxitos ou fracassos no campo de batalha, ao nível tático ou operacional, são patamares intermédios, temporários, que podem ser revertidos.

A generalidade dos autores nossos contemporâneos aceitam este postulado como dogma. Por exemplo, para Gaston Bouthoul, o introdutor da polemologia, "[...] a guerra é o meio empregue pelos Estados para chegar a impor a sua vontade."[4] E Raymond Aron é perentório: "A guerra só se ganha quando o adversário se submete à nossa vontade."[5] André Beaufre é ainda mais explícito, "[...] o objetivo da guerra é a capitulação de um dos beligerantes diante da vontade do outro [...] a vitória militar pode nada decidir se o adversário não se considerar vencido."[6]

GUERRA COLONIAL

É neste quadro teórico, sumariamente traçado, que interpreto o nosso caso na guerra colonial do século passado.

Importa, à partida, ter presente que foi uma guerra decidida por um poder não legitimado por sufrágio popular, e isto não é um aspeto menor no equacionamento do problema. Contudo, também se deve ter em conta a forma como o governo, utilizando as ferramentas da ditadura, manipulou a vaga terrorista da UPA [União dos Povos de Angola] de 15 de março de 1961, no norte de Angola, conseguindo que os primeiros contingentes mobilizados na metrópole seguissem animados por um sentido de missão patriótica e humanitária, contando com apoio popular. A tomada de consciência para o que na verdade estava em jogo, só cresceria com a experiência vivida na guerra e com o seu prolongamento.

EM ANGOLA, AS NOSSAS TROPAS GANHAVAM MAIS DO QUE PERDIAM

No plano da conduta operacional, patamar intermédio entre a estratégia e a tática e em que os objetivos são militares, as Forças Armadas Portuguesas não foram derrotadas em nenhum dos teatros de operações (TO) africanos. Mas também em nenhum deles derrotaram os movimentos de libertação (ML) que se lhes opunham. Ganharam algumas batalhas e perderam outras.

Vejamos alguns, poucos, casos exemplares, avaliados na perspetiva portuguesa.

Angola. A razia da UPA de março de 1961, apanhando desprevenida ou, melhor dizendo, mal preparada a parte portuguesa, foi uma óbvia derrota. Em resposta a Operação Viriato, que cinco meses depois, a 9 de agosto, desalojava a UPA da sua principal base em Nambuangongo e constituiu o momento decisivo de instalação da quadrícula que assegurou uma relativa liberdade de ação às nossas tropas, foi uma vitória. Proporcionou a oportunidade ótima para negociar com os ML, que Salazar desperdiçou. Mas o facto de nunca ter impedido a penetração de guerrilheiros a partir do exterior, a sua movimentação e a manutenção de bases no interior constituiu uma derrota.

EM MOÇAMBIQUE AS NOSSAS TROPAS JÁ ESTAVAM A PERDER MAIS DO QUE A GANHAR

Noutro plano, a abertura pelo MPLA da Frente Leste foi uma derrota, mas constituiu uma vitória a Operação Siroco que travou a "rota Agostinho Neto" para ligação à I Região Militar (RM) nos Dembos. Vitória foi também a Operação Madeira que neutralizou a UNITA e levou à eliminação de todas as bases da FNLA e do MPLA no leste, mas que terminou em derrota quando o acordo se rompeu em 1973, criando uma situação mais desfavorável do que a anterior.

Guiné. A Operação Tridente, desalojando o PAIGC da ilha do Como, impedindo-o de instalar aí uma importante base, foi uma vitória. Depois, a progressiva retração do dispositivo deixando áreas libertadas ao PAIGC, a ineficácia da contrapenetração sobre os eixos vindos do Senegal e da Guiné Conakry, a perda de Guileje e o abalo do míssil Strella, pondo em causa o absoluto domínio do espaço aéreo, foi uma acumulação de derrotas. A Operação Jove, com a captura do capitão cubano Peralta no corredor de Guileje, foi uma vitória com significado, se bem que o alvo fosse Nino Vieira, comandante da Frente Sul do PAIGC, que vinha na coluna mas ficara numa base a meio do trajeto. A Operação Mar Verde sobre Conakry registou um êxito de vulto com o resgate dos prisioneiros portugueses, mas a nível estratégico regional foi uma pesada derrota: nenhum dos objetivos políticos, mudança de regime em Conakry e decapitação do PAIGC, foi alcançado, agravou a condenação de Portugal na ONU e a URSS reforçou a sua presença na região. Na linha destes insucessos devem incluir-se o assassinato de Amílcar Cabral, em 20 de janeiro de 1973, e a declaração, na área libertada de Madina do Boé, em 24 de setembro do mesmo ano, da independência da Guiné-Bissau.

Moçambique. A Operação Águia, que implantou a quadrícula no norte, foi uma vitória. Mas, depois, as grandes operações ao gosto de Kaulza de Arriaga, a Fronteira e a Nó Górdio, saldaram-se em derrotas: a barreira fronteiriça do Rovuma não funcionou, as bases da FRELIMO que eram destruídas renasciam no mesmo ou noutros locais, o ML nunca perdeu o controlo das populações e a FRELIMO, empurrada para sul, ultrapassou o Zambeze e tornou Tete uma zona de guerrilha muito ativa. Em contrapartida, a capacidade das nossas tropas para assegurarem a construção da barragem de Cahora-Bassa e a regular chegada das cargas críticas foram uma vitória, mas que acabaria por beneficiar a FRELIMO. Também estava já em causa a liberdade de ação no espaço aéreo, pois a FRELIMO, dispondo de misseis Strella, já abatera aviões rodesianos nos céus de Moçambique, obviamente uma derrota importante.

Em resumo, em 1974, em Angola, as nossas tropas ganhavam mais do que perdiam e detinham uma posição de vantagem, beneficiando de uma conjuntura que estava a esgotar-se, mas levaria algum tempo a inverter-se. Na Guiné, perdiam mais do que ganhavam e estavam

Lusa

O 25 de Abril provou que o regime colonial estava, estrategicamente, derrotado

a caminho da derrota. Em Moçambique, já estavam a perder mais do que a ganhar e as perspetivas eram negativas a curto prazo.

Duas adversidades eram comuns a todos os TO: o desequilíbrio na qualidade do armamento, de início muito favorável a Portugal, estava, nítida e aceleradamente, a inverter-se em favor dos ML; a desmotivação e descrença dos militares era crescente e atingia todos os graus da estrutura hierárquica.

O poder, em Lisboa, tinha consciência desta situação. Quando o general Spínola estava a terminar o seu mandato na Guiné deslocou-se a Lisboa e propôs ao chefe do governo uma solução negociada com o PAIGC. Marcelo Caetano recusou e afirmou estar preparado para aceitar, se necessário, uma derrota militar na Guiné, o que viria a confirmar no livro Depoimento, escrito já no exílio no Brasil [7]. Jorge Jardim, eminência parda do poder em Moçambique, relatou no seu livro Moçambique terra queimada que, em agosto de 1973, num encontro com o chefe do governo, este lhe perguntou "[...] já pensou no que fará se houver um colapso militar em Moçambique?" E, face à resposta negativa de Jardim, terá acrescentado: "Pois será bom que pense." As nossas tropas ainda poderiam resistir nos três TO mais algum tempo. Mas em condições cada vez mais desfavoráveis para elas e mais vantajosas para os ML, seja qual for o ângulo do potencial relativo de combate em análise: efetivos humanos, anímico, armamen-

NÃO FOI UMA DERROTA OPERACIONAL NOS CAMPOS DE BATALHA QUE ESTEVE NA ORIGEM DO 25 DE ABRIL

to e equipamento. No horizonte perfilavam-se fantasmas de novas Índias...

OBJETIVOS POLÍTICOS

Já no plano estratégico, cujos objetivos são políticos, a conclusão é mais óbvia. E aqui, mais uma vez, se justificam os ensinamentos de Clausewitz, para quem a guerra é, como já vimos, uma luta de vontades e a vitória consiste em retirar ao adversário a vontade de prosseguir o combate.

Ora, Portugal, mesmo quando a situação operacional lhe foi mais favorável, nunca conseguiu destruir nos ML a vontade de combater. Pelo contrário, o 25 de Abril de 1974, que teve como uma das principais motivações e objetivos acabar com a guerra, veio demonstrar que o povo português e as próprias forças militares, a sua expressão armada, tinham perdido a vontade de prosseguir o combate. Até porque se foram apercebendo da sua iniquidade. Sendo a guerra a continuação da política, é politicamente que as guerras se ganham ou se perdem. Mesmo quando o potencial dissimétrico é muito desfavorável, se a vontade política prevalecer há sempre formas assimétricas de prosseguir o combate. A história é rica nestes exemplos.

Não é demais repetir que o governo português estava absolutamente consciente disso. Freitas do Amaral testemunhou, em entrevista à revista Visão, uma conversa com Marcelo Caetano, em agosto de 1973, na qual este lhe confidenciou: "[...] quanto à continuação da guerra... tenho as minhas dúvidas. Porque as Forças Armadas [...] já não se querem continuar a bater e o que querem é fazer a paz [...] O moral das nossas tropas é péssimo [...] Não sei dizer por quanto tempo mais aguentarão o grande esforço que lhes é pedido. Suspeito que não será por muito."[8] E, nas suas memórias, conta que, em 1979, Caetano revelara a um amigo comum, no Brasil, que "[...] Salazar o chamara a S. Bento, pouco antes do fim, e lhe dissera amargurado: não vamos aguentar a pressão internacional, não vamos conseguir ganhar a guerra."[9] Afinal, pasme-se, nem Salazar acreditava na vitória militar! Exigia o sacrifício dos militares por uma causa que sabia perdida, como já exigira aos da Índia, apenas para provar que tinha razão.

A ditadura estava bloqueada e não via saída. Em 1961, fora a natureza ditatorial do regime que levara à guerra colonial. Em 1974, era a guerra colonial que impedia a abertura política do regime. Marcelo Caetano afirmaria no seu livro Depoimento que, com o apoio dos deputados na Assembleia Nacional, o governo ficava constitucionalmente coberto quanto à restrição de liberdades que tivesse de impor para prosseguir na luta de defesa do ultramar [pp. 70 e 71]. A guerra justificava a ditadura que, na verdade, já durava há três décadas e meia, quando come-

Direitos reservados

As nossas tropas ainda poderiam resistir nos três Teatros de Operações mais algum tempo. Mas em condições cada vez mais desfavoráveis para elas e mais vantajosas para os ML

çou a guerra. Kaulza de Arriaga reconhecia na Visão, de 30 de março de 1994, que, se antes do 25 de Abril Portugal adotasse uma democracia, o ultramar se perdia. Os destinos da ditadura e do colonialismo e, portanto, da guerra colonial, estavam umbilicalmente ligados.

Não foi uma derrota operacional nos campos de batalha que esteve na origem do 25 de Abril. Mas o 25 de Abril provou que o regime colonial estava, estrategicamente, derrotado. Com o 25 de Abril, Portugal aceitou participar na descolonização e pôr fim à guerra colonial, não porque estivesse ganha ou perdida, mas porque reconheceu que era injusta e contra os interesses nacionais, como lucidamente observou Eduardo Lourenço.[10]

Henry Kissinger, na sua obra de referência Diplomacia, define aquilo a que chama "equação básica da guerrilha": "[...] o exército de guerrilheiros vence enquanto consegue não perder; o exército convencional perderá certamente se não conseguir uma vitória decisiva."[11] A ideia deve-se, originalmente, a Raymond Aron, mas é curioso citá-la de Kissinger, porque se trata de uma retratação implícita, já que o norte-americano, expoente da escola realista, se enganou frequentemente e com funestas consequências, em relação a Portugal e às suas colónias. John Stockwell, o homem que em 1975, coordenou a Operação IAfeature da CIA em Angola, a partir de Kinshasa e que envolveu forças do Zaire, da África do Sul e mercenários portugueses, para além da FNLA e da UNITA, responsabiliza-o: "Com o advento da administração Nixon, em 1969, uma importante revisão da política americana em relação à África Austral [...] supervisionada pelo então conselheiro da Casa Branca, Henry Kissinger, pôs em questão a profundidade e permanência da determinação dos negros e rejeitou uma vitória dos negros em qualquer altura."[12] Afinal, quase 30 anos depois, Kissinger reconhecia que os guerrilheiros, os negros, estavam a caminho da vitória e que Portugal, os brancos, perderiam certamente.

O Exercício Alcora foi a expressão mais perversa desta realidade. Enquanto as nossas tropas combatiam em nome de um Portugal único e multirracial do Minho a Timor, invocado pelo poder, o governo negociava em segredo com a África do Sul e a Rodésia as independências de Angola e de Moçambique sob regimes de apartheid das minorias brancas.

António Silva

Portugal, mesmo quando a situação operacional lhe foi mais favorável, nunca conseguiu destruir nos Movimentos de Libertação a vontade de combater

O regime colonial tinha, estrategicamente, perdido a guerra. Com o 25 de Abril de 1974, Portugal salvou-se da derrota no campo operacional. Haverá algum exagero de Aristides Pereira, quando afirmou que "[...] Portugal foi salvo de um Diem Bien Phu graças ao 25 de Abril"[13] , mas não andaria muito longe da verdade na Guiné. O 25 de Abril ainda veio a tempo de possibilitar que as transferências do poder se processassem em quadros negociados e não de rendições. Mas já não pôde evitar que Portugal nelas participasse numa posição fragilizada, até porque os ML sentiam-se e eram vistos do exterior como os vencedores estratégicos da guerra colonial. E isso não deixou de pesar nas negociações.

Eis porque, à pergunta se Portugal ganhou ou perdeu a guerra colonial, respondo que é uma falsa questão. Porque Portugal não foi derrotado. Derrotado foi o regime político ilegítimo, a ditadura colonial, que o 25 de Abril derrubou.

Mas é sem qualquer complexo que aceito que, enquanto instrumento da política, os ML reivindiquem a vitória na guerra de libertação, como eles lhe chamam. Porque foram eles que, mesmo quando em posição muito desvantajosa, nunca perderam a vontade de prosseguir a luta.

Junho de 2021

(Este texto tem por base a participação do autor numa Aula Aberta na Academia Militar, no dia 31 de maio de 2021, sob o tema "Guerra Colonial")

---

1 ...da descolonização, do protonacionalismo ao pós-colonialismo, Book Cover, Porto, 2017 e Mayamba, Luanda, 2018

2 Paix et guerre entre les nations, Calmann-Lévy, Paris, 1962, p. 35

3 Da Guerra, Perspectivas e Realidades, Lisboa, 1976, pp. 68 e 73

4 A guerra, Difusão Europeia do Livro, São Paulo, 1964, p. 106

5 Paix et guerre entre les nations, Calmann-Lévy, Paris, 1962, p. 34

6 La guerre révolutionnaire, les formes nouvelles de la guerre, Fayard, Paris, 1972, pp. 4 e 101

7 Depoimento, Ed Record, Rio de Janeiro, 1974, p. 191

8 Entrevista à revista Visão, em 18 de Maio de 1995, p. 37

9 O antigo regime e a revolução - memórias políticas (1941-1975), Círculo de Leitores, Lisboa, 1995, p. 75

10 Os militares e o poder, Arcádia, Lisboa, 1975, p. 81

11 Diplomacia, Gradiva, Lisboa, 1996, p. 547

12 A CIA contra Angola, Ulmeiro, Lisboa, 1979, pp. 48 e 49

13 LOPES, José Vicente, Aristides Pereira, minha vida nossa história, Spleen Edições, Cidade da Praia, 2012, p. 181

O REFERENCIAL

Propriedade da Associação 25 de Abril - Pessoa colectiva de utilidade pública (Declaração nº. 104/2002, DR II Série, n.º 9 de 18 de Abril) · Membro Honorário da Ordem da Liberdade |Presidente da direcção: Vasco Lourenço| Director: Martins Guerreiro | Editor: Licínio Lima| Colaborador: José Armando Lopes| Conselho editorial: Amadeu Garcia dos Santos, André Freire, António Morais Sarmento Brotas, Carlos Manuel Serpa Matos Gomes, João Bosco Mota Amaral, João Ferreira do Amaral, José Barata-Moura, José Manuel Pureza, José Viriato Soromenho-Marques, Maria José Casa-Nova, Maria Manuela Cruzeiro, Pedro Pezarat Correia, Vasco Lourenço| Fotografia: Agência Lusa| Sede nacional, administração e redacção: Rua da Misericórdia, 95 - 1200-271 LISBOA - Telefone: 213 241 420 - Endereço electrónico: oreferencial@a25abril.pt | https://a25abril.pt/ | https://guerracolonial.pt | delegação do norte: Escadas do Barredo, 120, r/c, esq.- 4050-092 PORTO - Telefone/fax: 222 031 197 - Endereço electrónico: delnorte@a25bril.pt | delegação do centro Apartado 3041 - 3001-401 COIMBRA | delegação do Alentejo Bairro da Esperança Edifício 2 – Bloco 3, loja r/c 7560-145 GRÂNDOLA | delegação do Canadá - Associação Cultural 25 de Abril (Toronto) - Núcleo Capitão Salgueiro Maia - 1117 Queen Street West Toronto, Ontario M6J 3P4 Canadá | Edição gráfica: atelier VCARDOSO, Design & Edições, www.jm-designedicoes.com - Av. Infante Santo, 61 -4.º Esq. - 1350 - 177 Lisboa | impressão e acabamento: NORPRINT

Nos termos da Lei, o conteúdo dos textos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores, sendo a edição e a paginação, que inclui a escolha de fotografias e de infografias, da responsabilidade d'*O Referencial*

E se plantássemos café onde nunca foi plantado?

Na Delta andamos há 60 anos a fazer o que nunca foi feito.
Por isso, decidimos apoiar ativamente os cafeicultores em todo o arquipélago dos Açores.
Juntos vamos criar o primeiro café cultivado em território europeu.

Saiba mais sobre o café dos Açores e outros projetos pioneiros da Delta em **delta60anos.com**

DELTA CAFÉS

60 ANOS

DESPERTOS PARA O FUTURO

PUB

Desconto sobre desconto em combustível

O cartão que lhe permite poupar a dobrar ou a triplicar

Com o Cartão Associação Mutualista Montepio Repsol é certo que vai poupar mais. Porque além do habitual desconto de 6 cêntimos, este cartão permite acumular outras vantagens em vigor nas estações de serviço aderentes.

São descontos sobre descontos, no caminho de vantagens que é ser nosso Associado.

Informe-se já em
montepio.org

Associação Mutualista
Montepio
Juntos por todos

Montepio Geral Associação Mutualista . IPSS. DGSS n.º 3/81 . NIPC 500 766 681
Sede: Rua Áurea, 219 a 241 . 1100-062 Lisboa